
ENJOEI S.A.

**Manual para a Participação
de Acionistas**

**Assembleia Geral Ordinária a
ser realizada em 26 de abril de 2022**

25 de março de 2022

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA	4
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO	11
ANEXO I À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES DA COMPANHIA	14
ANEXO II À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – ELEIÇÃO DE CANDIDATOS PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS E SUPLENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	63
ANEXO III À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA INSTRUÇÃO 481, ARTIGO 12, I	76
ANEXO IV À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME PREVISTO NA INSTRUÇÃO 481, ARTIGO 12, II	78

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

A Administração do Enjoei S.A. (“**Enjoei**” ou “**Companhia**”), conforme Edital divulgado nesta data, convoca os senhores acionistas da Companhia a se reunirem, em primeira convocação, em 26 de abril de 2022, às 15:00 horas, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada de forma **exclusivamente digital** (“**AGO**”), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) a fixação do número de assentos do Conselho de Administração para o próximo mandato;
- (iii) a eleição dos membros do Conselho de Administração;
- (iv) a nomeação do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração; e
- (v) o montante global da remuneração anual dos administradores.

Diante disso, no intuito de disponibilizar de maneira clara e objetiva as informações necessárias para que os acionistas participem da AGO e exerçam seu direito de voto de maneira devidamente informada, a administração da Companhia preparou o presente Manual de Participação (“**Manual**”), contendo as orientações e procedimentos que devem ser observados pelos acionistas para a participação na AGO, bem como as informações e documentos relativos à proposta da Administração da Companhia para a deliberação dos itens constantes da ordem do dia.

Os acionistas poderão participar da AGO **(i)** por meio de sistema eletrônico, utilizando-se da plataforma digital Zoom, de acordo com as instruções para participação remota da AGO que serão detalhadas mais adiante neste Manual, ou **(ii)** por meio do Boletim de Voto a Distância de acordo com as instruções para preenchimento e envio detalhadas no próprio boletim e mais adiante neste Manual.

A Administração informa que os documentos relativos às matérias a serem deliberadas acompanham o presente Manual e foram apresentados à Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“**CVM**”), encontrando-se à disposição de V.Sas. no *website* da CVM (gov.br/cvm), na sede social da Companhia e em seu *website* (ri.enjoei.com) e no *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (b3.com.br).

Cordialmente,
Conselho de Administração
Enjoei S.A.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Poderão participar da AGO todos os acionistas titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que comprovem, com a documentação apropriada, a sua identidade e respectiva participação acionária, na forma do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia e art. 126, II, da Lei nº 6.404/76 (“**Lei das S.A.**”).

A participação dos acionistas na AGO poderá se dar **(i)** por meio de sistema eletrônico, através da plataforma digital Zoom; ou **(ii)** por meio do Boletim de Voto a Distância.

A instalação, em primeira convocação, da AGO observará o quórum legal previsto no art. 125 da Lei das S.A., sendo certo que, caso não seja alcançado, em primeira convocação, o quórum de instalação de $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital votante, a apreciação das matérias da ordem do dia ficará sujeita à deliberação em nova assembleia geral ordinária a ser realizada em segunda convocação.

As seções seguintes deste Manual descrevem os procedimentos a serem observados pelos acionistas e os documentos a serem apresentados para a sua participação na AGO.

1. Participação por meio de sistema eletrônico

O acionista poderá participar da AGO remotamente, por meio de sistema eletrônico (plataforma *Zoom*).

A fim de viabilizar operacionalmente esse procedimento, os acionistas que desejarem participar da AGO por meio eletrônico deverão enviar tal solicitação à Companhia pelo e-mail ri@enjoei.com.br, com cópia para juridico@enjoei.com.br, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGO (ou seja, **até as 15:00 horas do dia 24 de abril de 2022**), a qual deverá ainda ser devidamente acompanhada de cópia da seguinte documentação:

Pessoas Físicas	<ul style="list-style-type: none"> • Documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração.
Pessoas Jurídicas	<ul style="list-style-type: none"> • Último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista. • Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.
Fundos de Investimento	<ul style="list-style-type: none"> • Último regulamento consolidado do fundo (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). • Estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação. • Documento de identidade com foto dos respectivos representantes legais.

Caso o acionista opte pela entrega física de documentos, estes deverão ser depositados no escritório da Companhia situado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 12º Andar, Torre 4, Vila Nova Conceição, CEP 04543-900, aos cuidados do Departamento Jurídico e de *Compliance* e do Departamento de Relações com Investidores, respeitando-se os mesmos prazos estabelecidos para a entrega por meio eletrônico.

Adicionalmente, para fins de comprovação da titularidade de suas ações, os acionistas deverão apresentar comprovante emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações do Enjoei, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, expedido com no máximo 3 (três) dias de antecedência da AGO (ou seja, **a partir de 23 de abril de 2022 (inclusive)**).

A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. O acionista devidamente cadastrado que participar por meio da plataforma *Zoom* será considerado presente à AGO (podendo exercer seu respectivo direito de voto) e assinante da respectiva ata, nos termos do art. 21-V, III e §1º da Instrução CVM nº 481/09 (“**Instrução 481**”).

Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação por meio eletrônico não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação da AGO **até as 15:00 horas (horário de Brasília) do dia 25 de abril de 2022**, deverá então entrar em contato com a Companhia pelo endereço de e-mail ri@enjoei.com.br, com cópia para juridico@enjoei.com.br – em qualquer cenário, **antes das 10:00 horas do dia 26 de abril de 2022** – a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso.

A Companhia, no entanto, não se responsabiliza por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que o acionista venha a enfrentar, bem como por quaisquer outras eventuais questões alheias à Companhia que venham a dificultar ou impossibilitar a participação do acionista na AGO por meio eletrônico.

Os acionistas que solicitem sua participação por meio eletrônico deverão se familiarizar previamente com o uso da plataforma digital *Zoom*, bem como garantir a compatibilidade de seus respectivos dispositivos eletrônicos com a utilização da plataforma (por vídeo e áudio).

Por fim, a Companhia solicita a tais acionistas que, no dia da AGO, acessem a plataforma com, no mínimo, 30 minutos de antecedência do horário previsto para início da AGO a fim de permitir a validação do acesso e participação de todos os acionistas que dela se utilizem.

1.1. Orientações para participação por meio de procurador

O acionista que seja **pessoa física** poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei das S.A., por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja **(i)** acionista, **(ii)** advogado, **(iii)** instituição financeira ou **(iv)** administrador da Companhia.

O acionista que seja **pessoa jurídica** ou **fundo de investimento**, por sua vez, poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso, ainda que este não seja **(i)** acionista, **(ii)** advogado, **(iii)** instituição financeira ou **(iv)** administrador da Companhia, em linha com o entendimento da CVM sobre o tema.¹

As procurações devem ser outorgadas por escrito e, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º da Lei 10.406/02, deverão conter a indicação dos respectivos lugares onde foram outorgadas, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

2. Participação por meio de boletim de voto a distância

O acionista poderá, ainda, encaminhar instrução de voto a distância para as matérias da ordem do dia da AGO, das seguintes formas:

(i) por meio do envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância aos seus agentes de custódia, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central;

(ii) por meio do envio de instruções de preenchimento do boletim de voto a distância ao escriturador das ações de emissão da Companhia, Banco Bradesco S.A., no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; ou

(iii) em qualquer caso, por meio do envio diretamente à Companhia de boletim de voto a distância devidamente preenchido.

(a) Envio por intermédio de prestadores de serviços. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviço deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para a instituição escrituradora das ações do Enjoei, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, até 7

¹ Cf. a decisão proferida pelo Colegiado da CVM no Processo Administrativo RJ2014/3578.

(sete) dias antes da data de realização da AGO, salvo se prazo diverso for estabelecido pelo prestador de serviço.

Os acionistas deverão entrar em contato com o prestador de serviço que receberá as instruções de voto a distância para verificar os procedimentos por ele estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações exigidos para tanto.

(b) Envio direto ao Enjoei. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia deverá encaminhá-lo acompanhado de toda a documentação relacionada ao acionista para participação na AGO, conforme detalhado no item 1 acima, e de quaisquer outras indicadas no próprio boletim, preferencialmente por meio eletrônico, ao e-mail: ri@enjoei.com.br, em cópia para juridico@enjoei.com.br, o qual deverá ser recebido pela Companhia, em plena ordem e de acordo com o disposto acima, impreterivelmente até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, **até 19 de abril de 2022 (inclusive)**.

Eventuais boletins recebidos pela Companhia após a referida data serão desconsiderados.

Para que o boletim de voto seja considerado válido, é imprescindível que **(i)** seus campos estejam devidamente preenchidos; **(ii)** todas as suas páginas estejam rubricadas; e **(iii)** ao final, o acionista, seu representante legal ou seu procurador, conforme o caso e nos termos da legislação vigente, tenha assinado o boletim.

Nos termos do artigo 21-U da Instrução 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias do recebimento do boletim, se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou, se necessário, os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio. Caso haja necessidade, a retificação ou reenvio do boletim também deverão ser feitos até 7 (sete) dias antes da data de realização da AGO, ou seja, **até 19 de abril de 2022 (inclusive)**.

Caso um acionista que já tenha enviado o boletim de voto opte por participar e votar na AGO via sistema eletrônico, deverá cumprir todos os procedimentos e prazos previstos no item 1 acima – inclusive quanto ao envio de documentação

para credenciamento –, sendo certo que as instruções de votos recebidas por meio do respectivo boletim de voto serão desconsideradas, sendo computados os votos proferidos pelo acionista durante a AGO por meio do sistema eletrônico.

O boletim de voto a distância para participação da AGO encontra-se disponível nos endereços eletrônicos da B3 (b3.com.br), da CVM (gov.br/cvm), e da Companhia (ri.enjoei.com).

A Companhia esclarece, ainda, que, na forma do artigo 21-X da Instrução CVM 481, caso se faça necessária a realização da AGO em segunda convocação, as instruções de voto enviadas pelos acionistas por meio de boletim de voto a distância (seja diretamente à Companhia, seja através dos prestadores de serviços) e validamente recebidas pela Companhia para a AGO em primeira convocação, sem a necessidade de nova manifestação ou renovação expressa de tais instruções de voto, considerando-se, ainda, tais acionistas como presentes à AGO, observadas as suas respectivas participações acionárias no dia da realização da AGO em segunda convocação.

3. Orientações finais

Não poderá participar da AGO por meio de sistema eletrônico o acionista que não apresentar, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGO (ou seja, **até as 15:00 horas do dia 24 de abril de 2022**), os documentos apropriados para a verificação de sua identidade e respectiva posição acionária, conforme indicados no item 1 acima.

A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, notariação, consularização ou apostilamento dos documentos apresentados para a participação na assembleia, inclusive instrumentos de procuração outorgados pelos acionistas a seus respectivos representantes, bem como dos boletins de voto a distância, e não exige a tradução juramentada das procurações e documentos lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

Por fim, o acionista que desejar fazer questionamentos, dirimir quaisquer dúvidas ou obter informações adicionais a respeito deste Manual ou de qualquer procedimento relacionado à participação na AGO poderá fazê-lo entrando em

contato com o Departamento de Relações com Investidores do Enjoei, preferencialmente por meio de mensagem endereçada ao seguinte e-mail: ri@enjoei.com.br, com cópia para juridico@enjoei.com.br.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Em atenção ao disposto na Instrução 481, a administração do Enjoei (“**Administração**”) vem apresentar as seguintes informações e recomendações relativas às matérias incluídas na ordem do dia da AGO (“**Proposta da Administração**” ou simplesmente “**Proposta**”):

1. As contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021:

Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de março de 2022, a Administração submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres emitidos pelos auditores independentes e pelo Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, conforme publicadas no jornal Diário Comercial, na forma da Lei das S.A.

A Administração propõe a aprovação, sem ressalvas, das contas dos administradores, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Os documentos acima referidos e a ata da reunião do Conselho de Administração que sobre eles deliberou estão disponíveis para consulta na sede da Companhia, em seu *website* (ri.enjoei.com) e nos *websites* da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (b3.com.br). Os comentários dos administradores da Companhia, na forma do item 10 do Formulário de Referência, encontram-se no **Anexo I** à presente Proposta.

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não haverá destinação de resultados. Em vista disso, em conformidade com o entendimento do Colegiado da CVM manifestado no âmbito do Processo CVM nº RJ2010/14687 e com o Ofício-Circular/Anual-

2022-CVM/SEP, fica dispensada a apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução 481.

2. Fixar o número de assentos do Conselho de Administração para o próximo mandato

A Administração propõe a fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato em 5 (cinco) membros efetivos e 1 (um) membro suplente.

3. Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia

A Administração propõe a eleição da chapa composta pelos candidatos indicados no **Anexo II** desta Proposta, os quais, se eleitos, cumprirão mandato até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023.

4. Nomear o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração

Nos termos do art. 22, § 1º do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe a nomeação, dentre os membros da chapa proposta, da Sra. Ana Luiza McLaren Moreira Maia e Lima para o cargo de Presidente do Conselho de Administração, e do Sr. Fernando Biancardi Cirne para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração.

5. A remuneração anual e global para os administradores:

A Administração propõe a aprovação do montante global da remuneração anual dos administradores da Companhia referente ao exercício social de 2022, no valor de até R\$ 27.698.100,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e noventa e oito mil e cem reais), nos termos do **Anexo III**.

Em cumprimento ao Artigo 12, inciso II, da Instrução 481, encontram-se disponíveis, no **Anexo IV** à presente Proposta, informações pormenorizadas a respeito da remuneração dos administradores, na forma do item 13 do Formulário de Referência.

A Administração

ENJOEI S.A.
CNPJ/ME nº 16.922.038/0001-51
NIRE 35.300.554.728

ANEXO I

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DA ENJOEI S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022**

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES (ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações contábeis anuais da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A AH compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A AV representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia e a captação de recursos proveniente do processo de oferta pública inicial de ações é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante da Companhia era de R\$418.705 mil, sendo superior ao passivo circulante, que era de R\$39.417 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 10,62.

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R\$506.654 mil, sendo superior ao passivo circulante, que era de R\$28.371 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 17,86. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R\$16.330 mil, sendo ligeiramente inferior ao passivo circulante, que era de R\$17.841 mil, representando um índice de liquidez corrente (índice que relaciona a liquidez de curto prazo da Companhia, calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) de 0,92. A posição financeira da Companhia é baseada no plano de negócios em curso após o IPO, que prevê: **(i)** investimentos em marketing para ampliação da base de usuários vendedores e compradores combinados com as estratégias de marca e audiência; **(ii)** ampliação da operação do Enjoei Pro; **(iii)** iniciativas de crescimento das parceiras B2B, com expansão do inventário; e **(iv)** novas alternativas de logística. A redução do índice de liquidez corrente de 31 de dezembro de 2021 comparado com 31 de dezembro de 2020 está relacionado principalmente aos investimentos realizados de acordo com o plano de negócios da oferta pública inicial, que visam levar a Companhia a liderança do mercado de *second hand* no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o índice de endividamento total (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido) foi de 0,11, 0,06 e 1,47, respectivamente. A redução do índice de endividamento total entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 é atribuído principalmente ao incremento de capital resultante da oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020. O aumento do índice de endividamento total entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 é atribuído, principalmente, aos resultados operacionais e investimentos realizados da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, o índice de endividamento geral (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo ativo total) foi de 10,11%, 6,03% e 59,6%, respectivamente. A redução do índice de endividamento geral entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro

de 2020 é atribuído, principalmente ao incremento do caixa da Companhia resultante do processo de oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020. O reforço no caixa relacionado ao processo de oferta pública inicial de ações é o principal elemento da menor alavancagem financeira e do melhor resultado dos indicadores de liquidez. O aumento entre o índice de endividamento geral entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 é atribuído, principalmente, aos resultados operacionais da Companhia, que resultaram em consumo de caixa necessários para a ampliação e implementação do plano de negócios da Companhia.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

A Diretoria acredita que a estrutura de capital da Companhia é adequada para atender às demandas e necessidades das operações e para continuar a execução do seu plano de crescimento.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$14.945 mil, passando para R\$497.143 mil em 31 de dezembro de 2020. Esse incremento de R\$482.198 mil é resultante, sobretudo, do incremento de capital oriundo da oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$497.143 mil, passando para R\$424.561 mil em 31 de dezembro de 2021. Essa redução decorreu, principalmente, dos resultados operacionais em virtude, majoritariamente, dos investimentos de R\$ 53,7 milhões em marketing de performance e construção de marca, com o objetivo de adquirir novos usuários e promover maior liquidez na plataforma através da construção de uma rede de vendedores e compradores ativa e, ainda, dos incentivos de redução de frete para os usuários da plataforma de aproximadamente R\$45,2 milhões;

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a seguinte estrutura entre capital próprio e de terceiros, que é condizente, na visão da Diretoria, com as atividades da Companhia, na aplicação dos recursos necessários para ampliação e implementação do seu plano de negócios, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(R\$ mil, exceto %)

Em 31 de dezembro de

	2021	2020	2019
Capital de terceiros (passivo circulante e não circulante)	47.734	31.924	22.009
Capital próprio (patrimônio líquido)	424.561	497.143	14.945
Capital total (terceiros + próprio)	472.295	529.067	36.954
Parcela de capital de terceiros	10,11%	6,03%	59,56%
Parcela de capital próprio	89,89%	93,97%	40,44%

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o incremento de capital resultante da oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020, o seu nível de geração de caixa operacional e a capacidade da Companhia de captar empréstimos e financiamentos, além do próprio acesso ao mercado de capitais, a Diretoria acredita ter plenas condições de honrar os compromissos financeiros assumidos até a data deste Formulário de Referência.

Nos últimos exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional, por meio de recursos de terceiros e próprios, incluindo o aporte de capital proveniente da emissão de ações em oferta pública inicial no montante de R\$470.834 mil. Assim, considerando o seu baixo endividamento e o seu fluxo de caixa, a Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras e investimentos pelos próximos 12 meses. Caso entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram as rodadas de investimento e a utilização de empréstimos e financiamentos de terceiros, descritos no item 10.1(f) abaixo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 as principais fontes de financiamento da Companhia para capital de giro e investimento em ativos não circulantes estão relacionadas aos recursos provenientes do processo de oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, financiamentos de terceiros (principalmente fornecedores) e incremento de caixa resultante da oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020 como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta contratos de empréstimo ou financiamentos relevantes em seu balanço patrimonial. Os contratos de empréstimos ou financiamentos que apresentavam saldo em 31 de dezembro de 2019 foram liquidados antecipadamente pela Companhia durante o segundo semestre de 2020. A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento bancário da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

(R\$ mil)	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)			

- CCB Santander	-	-	675
Total	-	-	675

(j) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía quaisquer operações de longo prazo com instituições financeiras, como já mencionado no item anterior.

(k) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(l) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apresentou restrições relacionadas a contratos de empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não apresenta contratos de financiamento. A Companhia liquidou antecipadamente as cédulas de crédito bancário nº 1624066765 e nº 4136073 em agosto e novembro de 2020 respectivamente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de

primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de eventual necessidade.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, com as informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia e com as respectivas notas explicativas, disponíveis no site da Companhia (www.ri.enjoei.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020.

Demonstrações de resultados (em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
Receita líquida	106.140	100,00%	79.607	100,00%	33,33%
Custo do serviço prestado	(78.368)	-73,83%	(48.837)	-61,35%	60,47%
Lucro bruto	27.772	26,17%	30.770	38,65%	-9,74%
Receitas (despesas) operacionais	(162.850)	-153,43%	(59.306)	-74,50%	174,59%
Despesas comerciais	(57.197)	-53,89%	(21.967)	-27,59%	160,38%
Gerais e administrativas	(91.392)	-86,10%	(30.615)	-38,46%	198,52%
Depreciação e amortização	(10.417)	-9,81%	(6.779)	-8,52%	53,67%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(3.844)	-3,62%	55	0,07%	-7038,63%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(135.078)	-127,26%	(28.536)	-35,85%	373,36%
Resultado financeiro líquido	16.293	15,35%	(2.600)	-3,27%	-726,65%
Receita financeira	21.800	20,54%	2.242	2,82%	872,35%
Despesa financeira	(5.507)	-5,19%	(4.842)	-6,08%	13,73%
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(118.785)	-111,91%	(31.136)	-39,11%	281,51%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,00%	11	0,01%	-100,00%
Prejuízo do exercício	(118.785)	-111,91%	(31.125)	-39,10%	281,64%

A Companhia reclassificou as demonstrações do resultado referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em decorrência das despesas provenientes da antecipação de recebíveis no montante de R\$2.583 mil, anteriormente apresentados como custo do serviço prestado, para despesa financeira. As citadas reclassificações não alteraram o patrimônio líquido e o resultado do exercício da Companhia.

As explicações a seguir estão considerando as informações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 com as devidas reclassificações citadas acima para garantir a efetiva comparabilidade.

Receita líquida

A receita líquida aumentou R\$26.533 mil ou 33,33%, passando de R\$79.607 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020 para R\$106.140 mil no mesmo período em 2021, principalmente devido ao aumento da base de usuários (13,7 milhões de usuários acumulados em 31 de dezembro de 2020 contra 21,3 milhões em 31 de dezembro de 2021) e, conseqüentemente, do número de transações (3.256 mil transações no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020 contra 4.688 mil no mesmo período em 2021). Esse aumento foi obtido em decorrência dos investimentos em aquisição de usuários, volume de incentivos de cupons de desconto, política de subsídio de frete e a revisão do modelo de comissionamento, tudo isso combinado com os investimentos em marketing atuando no fortalecimento da marca e conquistando mais pessoas para essa nova maneira de gerir as coisas sem uso que temos em casa.

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado aumentou R\$ 29.531 mil, ou 60,47%, passando de R\$ 48.837 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 78.368 mil no mesmo período em 2021, principalmente devido ao aumento da base de usuários e, conseqüentemente, do número de transações no período. A variação também é justificada ao observar que no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020 tivemos um efeito de redução do custo do serviço prestado relacionado ao reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS sobre gastos de propaganda e marketing e logística no valor de R\$3.942 mil para os períodos de 2017, 2018 e 2019.

Lucro bruto

Em decorrência das variações acima, o lucro bruto diminuiu de R\$ 30.770 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 27.772 mil no mesmo período em 2021, representando uma redução de R\$ 2.998 mil ou 9,74%. Desta forma, a margem bruta do período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2021 se reduziu em 12,49pp (pontos percentuais), atingindo 26,17% contra 38,65% no mesmo período em 2020.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais aumentaram R\$103.544 mil ou 174,59%, passando de R\$59.306 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$162.850 mil no mesmo período de 2021, em razão das seguintes variações:

- Aumento de R\$35.230 mil ou 160,38% nas despesas publicitárias, que passaram de R\$21.967 mil para R\$57.197 mil, principalmente em decorrência de investimentos em marketing de performance e construção de marca, com o objetivo de adquirir novos usuários e promover maior liquidez na plataforma através da construção de uma rede de vendedores e compradores ativa.
- Aumento de R\$60.777 mil ou 198,52% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R\$30.615 mil para R\$91.392 mil, devido substancialmente, as despesas de remuneração relacionadas ao programa de opção de compra de ações no valor R\$46.070 mil, ao crescimento do quadro de colaboradores no fortalecimento das áreas de tecnologia, atendimento e negócios, e ampliação dos investimentos no uso de ferramentas e serviços de tecnologia.
- Aumento de R\$3.638 mil ou 53,67% nas despesas de depreciação e amortização, que passaram de R\$6.779 mil para R\$10.417 mil, devido substancialmente, as amortizações da plataforma/site e dos contratos de arrendamento.

- Aumento de R\$3.899 mil em outras receitas (despesas) líquidas, que passaram de R\$55 mil de receita para R\$3.844 mil de despesas, devido as perdas com *chargeback* e a baixa de ativo imobilizado.

Prejuízo operacional antes do resultado financeiro

Em razão das variações acima, observou-se um prejuízo antes do resultado financeiro de R\$135.078 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021, comparado com um prejuízo de R\$28.536 mil no mesmo período de 2020, representando uma variação negativa de R\$106.542 mil, ou 373,36%

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro variou positivamente em R\$18.893 mil ou 726,65% na comparação entre o resultado positivo de R\$16.293 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021 e o resultado negativo de R\$2.600 mil no mesmo período de 2020, majoritariamente em decorrência do aumento na receita financeira, no montante de R\$19.558 mil em razão dos rendimentos de aplicações financeiras do caixa resultante da oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020 e aumento na despesa financeira, no montante de R\$665mil resultante das antecipações dos recebíveis.

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Por conta das variações acima mencionadas, o resultado antes do imposto de renda representou um prejuízo no montante de R\$31.136 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, comparado a um prejuízo de R\$118.785 mil no mesmo período de 2021, representando uma variação negativa de R\$87.649 mil ou 281,51%.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social na comparação entre o período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2020 e o mesmo período de 2021, sofreu uma redução de R\$11 mil ou 100%, passando de R\$11 mil para zero, em

decorrência da variação do imposto de renda diferido sobre a amortização do direito de uso do ativo intangível.

Prejuízo do período

Em razão das variações acima mencionadas, o prejuízo líquido no período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$31.125 mil, foi inferior em R\$87.660 mil ou 281,64% ao prejuízo líquido no mesmo período de 2021, no montante de R\$118.785 mil.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

Demonstrações de resultados (em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Receita líquida	79.607	100,00%	53.677	100,00%	48,31%
Custo do serviço prestado	(51.420)	-64,59%	(36.832)	-68,62%	39,61%
Lucro bruto	28.187	35,41%	16.845	31,38%	67,33%
Receitas (despesas) operacionais	(59.306)	-74,50%	(37.439)	-69,75%	58,41%
Despesas comerciais	(21.967)	-27,59%	(16.726)	-31,16%	31,33%
Gerais e administrativas	(37.394)	-46,97%	(21.089)	-39,29%	77,31%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	55	0,07%	376	0,70%	-85,39%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(31.119)	-39,09%	(20.594)	-38,37%	51,11%
Resultado financeiro líquido	(17)	-0,02%	(191)	-0,36%	-91,10%
Receita financeira	2.242	2,82%	1.732	3,23%	29,45%
Despesa financeira	(2.259)	-2,84%	(1.923)	-3,58%	17,47%
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(31.136)	-39,11%	(20.785)	-38,72%	49,80%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	0,01%	28	0,05%	-60,71%
Prejuízo do exercício	(31.125)	-39,10%	(20.757)	-38,67%	49,95%

Conforme informado na “ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022”, a Companhia reclassificou as demonstrações do resultado referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. As citadas reclassificações foram aplicadas para servir como base de comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Dessa forma, para garantir a efetiva comparabilidade com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, as explicações a seguir estão

considerando as informações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 com as classificações aplicadas originalmente.

Receita líquida

A receita líquida aumentou R\$ 25.930 mil ou 48,31%, passando de R\$53.677 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 para R\$79.607 mil no mesmo período em 2020, principalmente devido ao aumento da base de usuários (9,5 milhões de usuários acumulados em 31 de dezembro de 2019 contra 13,7 milhões em 31 de dezembro de 2020) e, conseqüentemente, do número de transações (1.943 mil transações no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 contra 3.256 mil no mesmo período em 2020). Esse aumento foi obtido em decorrência dos investimentos em mídia off-line, como comerciais e propagandas e mídia de performance, além do constante desenvolvimento da plataforma, importante para a garantia de conversão de novos usuários e retenção de usuários recorrentes.

Custo do serviço prestado

O custo do serviço prestado aumentou R\$ 14.588 mil ou 39,61%, passando de R\$ 36.832 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 51.420 mil no mesmo período em 2020, principalmente devido ao aumento da base de usuários e, conseqüentemente, do número de transações no período.

Lucro bruto

Em decorrência das variações acima, o lucro bruto aumentou de R\$16.845 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 para R\$28.187 mil no mesmo período em 2020, representando uma variação de R\$11.342 mil ou 67,33%. Desta forma, a margem bruta do período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2020 se elevou em 4,03pp (pontos percentuais), atingindo 35,41% contra 31,38% no mesmo período em 2019.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais aumentaram R\$21.867 mil ou 58,41%, passando de R\$37.439 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$59.306 mil no mesmo período de 2020, em razão das seguintes variações:

- Aumento de R\$5.241 mil ou 31,33% nas despesas publicitárias, que passaram de R\$16.726 mil para R\$21.967 mil, em decorrência do aumento do volume de mídia no período.
- Aumento de R\$16.305 mil ou 77,31% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R\$21.089 mil para R\$37.394 mil, devido substancialmente, as despesas com a remuneração com o programa de opção de compra de ações no valor R\$11.540mil.
- Redução de R\$321 mil em outras receitas líquidas, que passaram de R\$376 mil para R\$55 mil, devido substancialmente a despesas indedutíveis registradas no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Prejuízo operacional antes do resultado financeiro

Em razão das variações acima, observou-se um prejuízo antes do resultado financeiro de R\$31.119 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2020, comparado com um prejuízo de R\$20.594 mil no mesmo período de 2019, representando uma variação negativa de R\$10.525 mil, ou 51,11%

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro variou positivamente em R\$174 mil ou 91,10% na comparação entre o resultado negativo de R\$191 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 e o resultado negativo de R\$17 mil no mesmo período de 2020, em decorrência das seguintes variações:

- Aumento na receita financeira, no montante de R\$510 mil ou 29,45%, que registrou R\$1.732 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 e R\$2.242 mil no mesmo período em 2020, ocasionada, principalmente, pelo aumento dos rendimentos de aplicações financeiras do caixa resultante da oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro de 2020.

- Aumento na despesa financeira, no montante de R\$336 mil ou 17,47%, que registrou R\$1.923 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 e R\$2.259 mil no mesmo período em 2020, resultante do aumento de despesas em juros de empréstimos em decorrência da contratação de linhas de crédito realizadas no período para fortalecer o caixa da Companhia em decorrência da pandemia de COVID-19.

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Por conta das variações acima mencionadas, o resultado antes do imposto de renda representou um prejuízo no montante de R\$20.785 mil no período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019, comparado a um prejuízo de R\$31.136mil no mesmo período de 2020, representando uma variação negativa de R\$10.351 mil ou 49,8%.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social na comparação entre o período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2019 e o mesmo período de 2020, sofreu uma redução de R\$17 mil ou -60,71%, passando de R\$28 mil para R\$11 mil, em decorrência da variação do imposto de renda diferido sobre a amortização do direito de uso do ativo intangível.

Prejuízo do período

Em razão das variações acima mencionadas, o prejuízo líquido no período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$20.757 mil, foi inferior em R\$ 10.368mil ou 49,95% ao prejuízo líquido no mesmo período de 2020, no montante de R\$31.125 mil.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

Demonstrações de resultados (em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Receita líquida	53.677	100,00%	38.999	100,00%	37,64%
Custo do serviço prestado	(36.832)	-68,62%	(30.419)	-78,00%	21,08%
Lucro bruto	16.845	31,38%	8.580	22,00%	96,33%
Receitas (despesas) operacionais	(37.439)	-69,75%	(27.596)	-70,76%	35,67%
Despesas comerciais	(16.726)	-31,16%	(7.574)	-19,42%	120,83%
Gerais e administrativas	(21.089)	-39,29%	(20.214)	-51,83%	4,33%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	376	0,70%	192	0,49%	96,04%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(20.594)	-38,37%	(19.016)	-48,76%	8,30%
Resultado financeiro líquido	(191)	-0,36%	(1.079)	-2,77%	-82,30%
Receita financeira	1.732	3,23%	990	2,54%	74,95%
Despesa financeira	(1.923)	-3,58%	(2.069)	-5,31%	-7,06%
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(20.785)	-38,72%	(20.095)	-51,53%	3,44%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	0,05%	-	0,00%	n.m
Prejuízo do exercício	(20.757)	-38,67%	(20.095)	-51,53%	3,30%

Receita líquida

A receita líquida aumentou R\$14.678 mil, ou 37,64%, de R\$38.999 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$53.677 mil no exercício de 2019, principalmente devido ao aumento da base de usuários (7,4 milhões de usuários acumulados em 31 de dezembro de 2018 contra 9,5 milhões em 31 de dezembro de 2019) e, conseqüentemente, número de transações (1.695 mil transações no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 contra 1.943 mil no exercício de 2019). Esse aumento foi obtido em decorrência dos investimentos em mídia off-line, como comerciais e propagandas e mídia de performance, além do constante desenvolvimento da plataforma, importante para garantia de conversão de novos usuários e retenção de usuários recorrentes.

Custos do serviço prestado

O custo do serviço prestado aumentou R\$6.413 mil, ou 21,08%, de R\$30.419 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$36.832 mil no exercício de 2019, principalmente devido ao aumento da base de usuários e, conseqüentemente, do número de transações no período, conforme mencionado acima, tendo tal aumento sido parcialmente compensado pela otimização de custos operacionais relacionados a meio de pagamento e obtenção de condições comerciais melhores com fornecedores em razão do volume de transações.

Lucro bruto

Em decorrência das variações acima, o lucro bruto aumentou de R\$8.580 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$16.845 mil no exercício de 2019, representando uma variação de R\$8.265 mil ou 96,33%. Desta forma, a margem bruta do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 elevou-se em 9pp (pontos percentuais), atingindo 31,38% contra 22,00% no exercício de 2018.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais aumentaram em R\$9,843 mil ou 35,67%, passando de R\$27.596 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$37.439 mil no exercício de 2019, em razão das seguintes variações:

- Aumento de R\$9.152 mil ou 120,83% nas despesas publicitárias, que passaram de R\$7.574 mil para R\$16.726 mil, principalmente devido ao aumento de investimento em marketing offline.
- Aumento de R\$875 mil ou 4,33% nas despesas gerais e administrativas, que passaram de R\$20.214 mil para R\$21.089 mil, devido, principalmente, ao aumento de R\$671 mil em despesas com salário em razão do aumento do quadro de funcionários, bem como um aumento de R\$2.503 mil em depreciação e amortização principalmente de gastos capitalizados com atividades de desenvolvimento da plataforma.
- Aumento de R\$184 mil ou 95,83% em outras receitas operacionais líquidas, que passaram de R\$192 mil para R\$376 mil em decorrência, majoritariamente, da existência de receitas extraordinárias relativas à operação logística.

Prejuízo operacional antes do resultado financeiro

Em razão das variações acima, observou-se um prejuízo de R\$20.594 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com um prejuízo de R\$19.016 mil no exercício de 2018, representando uma variação de R\$1.578, ou 8,30%.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro variou positivamente R\$888 mil ou 82,30% na comparação entre o resultado negativo de R\$1.079 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e o resultado negativo de R\$191 mil no exercício de 2019, em decorrência das seguintes variações:

- Aumento na receita financeira, no montante de R\$742 mil ou 74,95%, que registrou R\$1.732 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$990 mil no exercício de 2018, ocasionado pela realização de aportes de capital no exercício de 2018 no montante total de R\$45.801 mil, que resultaram no aumento das aplicações financeiras, gerando rendimento de R\$1.661 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 contra R\$792 mil no exercício de 2018.
- Redução na despesa financeira, no montante de R\$146 mil ou 7,06%, que registrou R\$1.923 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R\$2.069 mil no exercício de 2018, em razão da incidência de IOF e imposto de renda sobre operações de câmbio ocorridas em 2018 em decorrência do aporte de capital em moeda estrangeira, a qual não ocorreu em 2019.

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social

Por conta das variações acima mencionadas, o resultado antes do imposto de renda representou um prejuízo no montante de R\$20.785 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado com um prejuízo de R\$20.095 mil no exercício de 2018, representando uma variação de R\$690 mil, ou 3,43%.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social registrou R\$28 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, decorrente do imposto de renda diferido sobre a amortização do direito de uso do ativo imobilizado, em contrapartida ao arrendamento. Este valor é decorrente da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) Arrendamentos prospectivamente em 2019. O imposto de renda e

contribuição social não registrou saldo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, em decorrência de base negativa e prejuízo fiscal.

Prejuízo do período

Devido às variações acima mencionadas, o prejuízo líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$20.757 mil, foi superior em 3,29% ao prejuízo líquido no exercício de 2018, que registrou um montante de R\$20.095 mil.

BALANÇO PATRIMONIAL

A seguir, são apresentadas as principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

Balanço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2021	AV	Em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
Ativo					
Circulante	418.705	88,65%	506.654	95,76%	-17,36%
Caixa e equivalentes de caixa	382.542	81,00%	486.707	91,99%	-21,40%
Aplicações financeiras vinculadas	9.193	1,95%	16.316	3,08%	-43,66%
Contas a receber	16.001	3,39%	-	0,00%	-
Adiantamentos	719	0,15%	107	0,02%	571,96%
Despesas antecipadas	2.400	0,51%	-	0,00%	-
Impostos a recuperar	7.690	1,63%	3.378	0,64%	127,65%
Outros	160	0,03%	146	0,03%	9,59%
Não circulante	53.590	11,35%	22.413	4,24%	139,10%
Aplicações financeiras vinculadas	333	0,07%	333	0,06%	0,00%
Partes relacionadas	110	0,02%	-	0,00%	-
Imposto diferido	-	0,00%	-	0,00%	-
Imobilizado	10.580	2,24%	4.343	0,82%	143,61%
Intangível	42.567	9,01%	17.737	3,35%	139,99%
Total Ativo	472.295	100,00%	529.067	100,00%	-10,73%

Balço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2021	AV	Em 31 de dezembro de 2020	AV	AH
Passivo					
Circulante	39.417	8,35%	28.371	5,36%	38,93%
Fornecedores	20.066	4,25%	12.460	2,36%	61,04%
Empréstimos e financiamentos CP	-	0,00%	-	0,00%	-
Obrigações sociais e trabalhistas	9.171	1,94%	3.750	0,71%	144,56%
Obrigações tributárias	347	0,07%	1.183	0,22%	-70,67%
Antecipações de recebíveis	-	0,00%	6.507	1,23%	-100,00%
Adiantamentos de clientes	2.597	0,55%	-	0,00%	-
Outras contas a pagar	5.088	1,08%	3.740	0,71%	36,04%
Arrendamento CP	2.148	0,45%	731	0,14%	193,84%
Não circulante	8.317	1,76%	3.553	0,67%	134,08%
Arrendamento LP	5.605	1,19%	1.188	0,22%	371,80%
Provisão de contingências	2.712	0,57%	2.365	0,45%	14,67%
Patrimônio líquido	424.561	89,89%	497.143	93,97%	-14,60%
Total do passivo e patrimônio líquido	472.295	100,00%	529.067	100,00%	-10,73%

Ativo circulante

O ativo circulante diminuiu R\$87.949 mil, ou 17,36%, passando de R\$506.654 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$418.705 mil em 31 de dezembro de 2021. O ativo circulante representava 95,76% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020 e 88,65% em 31 de dezembro de 2021. Essa redução ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Redução dos saldos de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$104.165 mil, ou 21,40%, atribuído principalmente ao consumo de caixa necessários para a ampliação e implementação do plano de negócios da Companhia combinados com a redução no saldo de aplicações financeiras vinculadas, no montante de R\$7.123 mil, ou 43,66%.
- O aumento do contas a receber no montante de R\$16.001 mil, em 31 de dezembro de 2021 ocasionado pela suspensão da antecipação automática dos saldos dos recebíveis.
- Aumento no saldo de impostos a recuperar, que passou de R\$3.378 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$7.690 mil em 31 de dezembro de 2021, representando uma variação de R\$4.312 mil, ou 127,65%, devido principalmente ao imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos dos volumes resgatados das aplicações financeiras da Companhia.

Ativo não circulante

O ativo apresentou variação aumentando R\$31.777 mil ou 139,10%, passando de R\$22.413 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$53.590 mil em 31 de dezembro de 2021. O ativo não circulante representava 4,24% do total do ativo em 31 de dezembro de 2020 e 11,35% em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- aumento nas aquisições de ativo imobilizado de R\$6.237 mil, ou 143,61%, atribuído principalmente ao direito de uso dos novos contratos de arrendamento mercantil sendo: (i) novo escritório administrativo localizado em Barueri/SP; (ii) novo centro de distribuição em Cabreúva/SP para expansão das operações do Enjoei Pro;
- aumento do ativo intangível dos investimentos relacionados ao desenvolvimento da plataforma virtual (site) no montante de R\$24.830 mil, ou 139,99%.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 38,93%, ou R\$11.046 mil, passando de R\$28.371 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$39.417 mil em 31 de dezembro de 2021. O passivo circulante representava 5,36% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 8,35% em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Aumento no saldo de fornecedores, no montante de R\$7.706 mil, ou 61,04%, passando de R\$12.460 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$20.066 mil em 31 de dezembro de 2021, em razão do crescimento da operação e do alongamento de prazos de pagamento com os fornecedores.
- Aumento no saldo de obrigações sociais e trabalhistas, no montante de R\$5.421 mil, ou 144,56%, passando de R\$3.750 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$9.171 mil em 31 de dezembro de 2021, em razão do aumento no quadro de funcionários da Companhia.
- Zeramento do saldo de antecipação de recebíveis, passando de R\$6.507 mil em 31 de dezembro de 2020 para zero em 31 de dezembro de 2021 em razão da suspensão da antecipação de recebíveis da Companhia.

- Aumento nos adiantamentos de clientes passando de zero em 31 de dezembro de 2020 para R\$2.597 mil em 31 de dezembro de 2021 representado pelos recebimentos das transações já recebidas para as quais as obrigações de performance para o reconhecimento da receita ainda não foram finalizadas junto aos usuários da plataforma.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou 134,08%, ou R\$4.764 mil, passando de R\$3.553 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$8.317 mil em 31 de dezembro de 2021. O passivo não circulante representava 0,67% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e 1,76% em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento ocorreu principalmente em razão dos novos contratos de arrendamento mercantil.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido reduziu R\$72.582 mil, ou 14,60% passando de R\$497.143 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$424.561 mil em 31 de dezembro de 2021, devido principalmente aos resultados operacionais da Companhia no período. O patrimônio líquido representava 93,97% do total do passivo em 31 de dezembro de 2020 e 89,89% em 31 de dezembro de 2021.

ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Balanço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Ativo					
Circulante	506.654	95,76%	16.330	44,19%	3002,60%
Caixa e equivalentes de caixa	486.707	91,99%	3.104	8,40%	15579,99%
Aplicações financeiras vinculadas	16.316	3,08%	12.587	34,06%	29,63%
Adiantamentos	107	0,02%	81	0,22%	32,10%
Impostos a recuperar	3.378	0,64%	514	1,39%	557,20%
Outros	146	0,03%	44	0,12%	231,82%
Não circulante	22.413	4,24%	20.624	55,81%	8,67%
Aplicações financeiras vinculadas	333	0,06%	333	0,90%	0,00%
Depósito Judicial	-	0,00%	22	0,06%	-100,00%
Imposto diferido	-	0,00%	28	0,08%	-100,00%
Imobilizado	4.343	0,82%	4.748	12,85%	-8,53%
Intangível	17.737	3,35%	15.493	41,93%	14,48%
Total Ativo	529.067	100,00%	36.954	100,00%	1331,69%

Balanço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
Passivo					
Circulante	28.371	5,36%	17.841	48,28%	59,02%
Fornecedores	12.460	2,36%	4.743	12,83%	162,70%
Empréstimos e financiamentos CP	-	0,00%	675	1,83%	-100,00%
Obrigações sociais e trabalhistas	3.750	0,71%	2.061	5,58%	81,95%
Obrigações tributárias	1.183	0,22%	1.041	2,82%	13,64%
Antecipações de recebíveis	6.507	1,23%	5.168	13,98%	25,91%
Outras contas a pagar	3.740	0,71%	3.426	9,27%	9,17%
Arrendamento CP	731	0,14%	727	1,97%	0,55%
Não circulante	3.553	0,67%	4.168	11,28%	-14,76%
Arrendamento LP	1.188	0,22%	1.947	5,27%	-38,98%
Provisão de contingências	2.365	0,45%	2.221	6,01%	6,48%
Patrimônio líquido	497.143	93,97%	14.945	40,44%	3226,48%
Total do passivo e patrimônio	529.067	100,00%	36.954	100,00%	1331,69%

Ativo circulante

O ativo circulante aumentou R\$ 490.324 mil, ou 3002,60%, passando de R\$16.330 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$506.654 mil em 31 de dezembro de 2020. O ativo circulante representava 44,19% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 95,76% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$483.603 mil, ou 15579,99%, principalmente em decorrência da captação de recursos por meio do processo de oferta pública inicial de ações aumento no saldo de aplicações financeiras vinculadas, no montante de R\$3.729 mil, ou 29,63%
- Aumento no saldo de impostos a recuperar, que passou de R\$514 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.378 mil em 31 de dezembro de 2020, representando uma variação de R\$2.864 mil, ou 557,20%, devido principalmente ao levantamento de créditos extemporâneos oriundos de custos inerentes a operação da Companhia.

Ativo não circulante

O ativo não apresentou variação significativa, aumentando R\$1.789 mil ou 8,67%, passando de R\$20.264 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$22.413 mil em 31 de dezembro de 2020. O ativo não circulante representava 55,81% do total do ativo em 31 de dezembro de 2019 e 4,24% em 31 de dezembro de 2020.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 59,02%, ou R\$10.530 mil, passando de R\$17.841 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$28.371 mil em 31 de dezembro de 2020. O passivo circulante representava 48,28% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 5,36% em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Aumento no saldo de fornecedores, no montante de R\$7.717 mil, ou 162,70%, passando de R\$4.743 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$12.460 mil em 31 de dezembro de 2020, em razão do crescimento da operação e do alongamento de prazos com os fornecedores.
- Aumento no saldo de obrigações sociais e trabalhistas, no montante de R\$1.689 mil, ou 81,95%, passando de R\$2.061 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.750 mil em 31 de dezembro de 2020, em razão do aumento no quadro de funcionários da Companhia para atender ao crescimento da operação.

- Aumento no saldo de antecipação de recebíveis, no montante de R\$ 1.339 mil, ou 25,91%, passando de R\$5.168 mil para R\$6.507 mil, como consequência do crescimento de transações da operação.

Passivo não circulante

O passivo não circulante reduziu 14,76%, ou R\$615 mil, passando de R\$4.168 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$3.553 mil em 31 de dezembro de 2020. O passivo não circulante representava 11,28% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e 0,67% em 31 de dezembro de 2020. Essa redução ocorreu principalmente em decorrência dos pagamentos de aluguel.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou R\$482,198 mil, ou 3226,48% passando de R\$14.945 mil em 31 de dezembro de 2019 para R\$497.143 mil em 31 de dezembro de 2020, devido principalmente ao aporte de capital proveniente do processo de oferta pública inicial de ações. O patrimônio líquido representava 40,44% do total do passivo em 31 de dezembro de 2019 e 93,97% em 31 de dezembro de 2020.

ANÁLISE COMPARATIVA DO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Balanço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2019	AV	Em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Ativo					
Circulante	16.330	44,19%	38.749	74,39%	-57,86%
Caixa e equivalentes de caixa	3.104	8,40%	15.181	29,14%	-79,55%
Aplicações financeiras vinculadas	12.587	34,06%	22.987	44,13%	-45,24%
Adiantamentos	81	0,22%	34	0,07%	138,24%
Impostos a recuperar	514	1,39%	472	0,91%	8,90%
Outros	44	0,12%	75	0,14%	-41,33%
Não circulante	20.624	55,81%	13.340	25,61%	54,60%
Aplicações financeiras vinculadas	333	0,90%	433	0,83%	-23,09%
Depósito Judicial	22	0,06%	103	0,20%	-78,64%
Imposto diferido	28	0,08%	-	0,00%	100,00%
Imobilizado	4.748	12,85%	1.069	2,05%	344,15%
Intangível	15.493	41,93%	11.735	22,53%	32,02%
Total Ativo	36.954	100,00%	52.089	100,00%	-29,06%

Balanço patrimonial (R\$ mil, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2019	AV	Em 31 de dezembro de 2018	AV	AH
Passivo					
Circulante	17.841	48,28%	14.238	27,33%	25,31%
Fornecedores	4.743	12,83%	3.598	6,91%	31,82%
Empréstimos e financiamentos	675	1,83%	864	1,66%	-21,88%
Obrigações sociais e trabalhistas	2.061	5,58%	2.224	4,27%	-7,33%
Obrigações tributárias	1.041	2,82%	631	1,21%	64,98%
Antecipações de recebíveis	5.168	13,98%	3.462	6,65%	49,28%
Outras contas a pagar	3.426	9,27%	3.459	6,64%	-0,95%
Arrendamentos	727	1,97%	-	0,00%	100,00%
Não circulante	4.168	11,28%	2.149	4,13%	93,95%
Empréstimos e financiamentos	-	0,00%	623	1,20%	-100,00%
Arrendamentos	1.947	5,27%	-	0,00%	100,00%
Provisão para riscos	2.221	6,01%	1.526	2,93%	45,54%
Patrimônio líquido	14.945	40,44%	35.702	68,54%	-58,14%
Total do passivo e patrimônio líquido	36.954	100,00%	52.089	100,00%	-29,06%

Ativo circulante

O ativo circulante reduziu 57,86%, ou R\$22.419 mil, passando de R\$38.749 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$16.330 mil em 31 de dezembro de 2019. O ativo circulante representava 74,39% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 44,19% em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu principalmente pela redução no saldo de aplicações financeiras vinculadas, no montante de R\$10.400 mil, ou 45,24%, passando de R\$22.987 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$12.587 mil em 31 de dezembro de 2019, e pela redução dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, no montante de R\$ 12.077 mil, ou 79,55%, passando de

R\$ 15.181 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 3.104 mil em 31 de dezembro de 2019, os quais foram consumidos pelo resultado operacional da Companhia.

Ativo não circulante

O ativo não circulante aumentou 54,60%, ou R\$7.284 mil, passando de R\$13.340 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$20.264 mil em 31 de dezembro de 2019. O ativo não circulante representava 25,61% do total do ativo em 31 de dezembro de 2018 e 55,81% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pela variação no saldo do ativo intangível, no montante de R\$3.758 mil, ou 32,03%, passando de R\$11.735 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$15.493 mil em 31 de dezembro de 2019, decorrente dos investimentos na construção da plataforma.

Passivo circulante

O passivo circulante aumentou 25,31%, ou R\$3.603 mil, passando de R\$14.238 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$17.841 mil em 31 de dezembro de 2019. O passivo circulante representava 27,33% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 48,28% em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente pelas variações abaixo descritas:

- Aumento no saldo de fornecedores, no montante de R\$1.145 mil, ou 31,82%, passando de R\$3.598 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.743 mil em 31 de dezembro de 2019, em razão do crescimento da operação.
- Aumento no saldo de antecipação de recebíveis no montante de R\$ 1.706 mil, ou 49,28%, passando de R\$ 3.462 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5.168 mil em 31 de dezembro de 2019, em consequência do crescimento da operação.

Passivo não circulante

O passivo não circulante aumentou 93,95%, ou R\$2.019 mil, passando de R\$2.149 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$4.168 mil em 31 de dezembro de 2019. O passivo não circulante representava 4,13% do total do passivo e

patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 11,28% em 31 de dezembro de 2019. Esse crescimento é atribuído, principalmente, a (i) saldo de arrendamento, no montante de R\$1.947 mil (inexistente em 31 de dezembro de 2018) em decorrência da aplicação de novas normas e pronunciamentos contábeis, notadamente IFRS 16 Contratos de arrendamento, em que foi constituído um ativo pelo direito de uso contra o passivo de arrendamento e (ii) aumento no saldo de provisão para riscos, no montante de R\$695 mil, ou 45,54%, passando de R\$1.526 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$2.221 mil em 31 de dezembro de 2019, em razão da constituição de provisão para riscos, os quais foram parcialmente compensados pela liquidação total do saldo de empréstimos e financiamentos, no montante de R\$623 mil em 31 de dezembro de 2018.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido reduziu 58,14%, ou R\$20.757 mil, passando de R\$35.702 mil em 31 de dezembro de 2018 para R\$14.945 mil em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente aos resultados operacionais da Companhia no período. O patrimônio líquido representava 68,54% do total do passivo e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e 40,44% em 31 de dezembro de 2019.

FLUXO DE CAIXA

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021.

Fluxo de caixa (R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais	(68.003)	(7.271)	(1.227)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades investimentos	(35.105)	(8.632)	(9.318)
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades financiamentos	(1.057)	499.506	(1.532)
= Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(104.165)	483.603	(12.077)

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades operacionais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido consumido nas atividades operacionais aumentou em R\$6.044 mil, passando de R\$1.227 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$7.271 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em função substancialmente do resultado operacional da Companhia (prejuízo de R\$10.368), adicionado da movimentação de aplicações financeiras vinculadas no montante negativo de R\$14.229 mil, da variação positiva de R\$ 11.540 da remuneração através do plano de opção de compra de ações e da variação positiva de R\$ 6.572 mil em Fornecedores.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o caixa líquido consumido nas atividades operacionais aumentou em R\$60.732 mil, passando de R\$7.271 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$68.003 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, em função substancialmente do resultado operacional da Companhia (prejuízo de R\$87.660), da movimentação de aplicações financeiras vinculadas no montante positivo de R\$10.852 mil, da movimentação de contas a receber no montante negativo de R\$ 16.001, da variação positiva de R\$34.530 referente ao plano de opção de compra de ações e da variação negativa de R\$2.351 mil em Fornecedores.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento apresentou uma redução de 7,36%, ou R\$686 mil, passando de R\$9.318 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$8.632 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, em decorrência da variação nos investimentos em ativos imobilizados no montante de R\$504 mil.

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento apresentou um aumento 306,68%, ou R\$26.473 mil, passando de R\$8.632 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$35.105 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, em decorrência da variação nos investimentos em ativos imobilizados no montante de R\$1.122 mil e dos ativos intangíveis no montante de R\$25.351 mil.

Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamentos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos totalizou R\$499.506 mil, uma variação positiva de R\$501.038 mil, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de financiamento de R\$1.532 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é principalmente atribuído ao incremento do capital social da Companhia resultante do processo de oferta pública inicial de ações realizado em 06 de novembro.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos totalizou R\$1.057 mil, uma variação negativa de R\$500.563 mil, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de financiamento de R\$499.506 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa redução está majoritariamente relacionada com a captação de recursos proveniente do processo de oferta pública inicial de ações em 06 de novembro de 2020.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia reconhece receitas de seu único segmento operacional, pela intermediação do comércio online (*marketplace*). A receita de intermediação é reconhecida quando todas as obrigações de performance foram atingidas em um único momento no tempo, considerando-se sete dias após a entrega dos produtos comercializados.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Conforme comentários da Diretoria inseridos no item 10.1(h) acima, os resultados operacionais da Companhia foram principalmente afetados pelo aumento da base de usuários ocasionado pelos investimentos em mídia online e off-line, incentivos de redução de frete para os usuários da plataforma, bem como por gastos com a construção e melhorias da plataforma.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A totalidade da receita de intermediação do comércio online (*marketplace*) da Companhia tem variações diretamente atribuíveis ao volume de transações realizadas em sua plataforma. A política comercial da Companhia é monitorada e ajustada de forma a garantir a melhor conversão das transações.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

A totalidade da receita de intermediação do comércio online (*marketplace*) da Companhia tem variações diretamente atribuíveis ao volume de transações realizadas em sua plataforma. Não há variações das receitas atribuíveis a impacto da inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve nos últimos três exercícios sociais a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 09 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças tendo por objeto a aquisição de 95% das quotas da Gringa Intermediação de Negócios Ltda. A consumação da aquisição está sujeita a determinadas condições precedentes usuais nesse tipo de operação. A Companhia submeterá a aquisição à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas (“AGE”), não instalada em primeira convocação e a ser oportunamente convocada em segunda convocação.

Em 2020, foi realizada a incorporação reversa da Enjoei, LLC e da Enjoei Ltd. (“incorporadas”) pela Companhia (“Incorporação Reversa”), com o intuito de viabilizar a realização da oferta pública de distribuição inicial primária e secundária da Companhia (“IPO”), na medida em que permitiu que os acionistas da Companhia, que detinham sua participação societária de forma indireta – por meio da Enjoei Ltd. e Enjoei LLC, *holdings* puras localizadas no exterior -, passassem a deter, de forma direta, essa participação, na mesma proporção em que participavam do capital social da Enjoei Ltd.

Nesse sentido, as ações de emissão da Companhia de titularidade da Enjoei, LLC foram canceladas e substituídas por ações da Companhia emitidas em igual quantidade àquelas detidas por Enjoei LLC, as quais foram distribuídas aos antigos acionistas da Enjoei Ltd. proporcionalmente à participação detida anteriormente em Enjoei Ltd.

A Incorporação Reversa foi precedida por um aumento de capital social por meio do qual o saldo de caixa das Incorporadas, no valor total de R\$ 10.232.890,00, foi incorporado à Companhia.

Além disso, no exercício social de 2020, a Companhia realizou seu IPO, cujo anúncio de início foi divulgado no dia 6 de novembro de 2020. Em decorrência

do IPO, foram emitidas 45.935.000 novas ações ordinárias pela Companhia, mediante aumento do capital social no montante de R\$470.833.750,00.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve, nos últimos três exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado efeitos relevantes nas demonstrações contábeis ou resultados da Companhia.

Não obstante, os Diretores destacam que os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020, o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações (“Plano”) e, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020, o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“Primeiro Programa”), outorgando opções a determinados beneficiários (dentre os quais Diretores da Companhia) que tiveram papel essencial no desenvolvimento da Companhia, condicionando o exercício de tais opções ao transcurso de períodos de carência que se iniciaram na data de divulgação do Prospecto Definitivo da oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia, ocorrida em 5 de novembro de 2020.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de março de 2021, foi deliberado o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Segundo Programa”), na forma do plano de outorga de opções aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2020, autorizando a administração da Companhia a celebrar os respectivos contratos de outorga de até 940.000 opções de ações distribuídas aos beneficiários, as quais darão direito à aquisição de 01 ação a cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos do respectivo Programa. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2021 foi deliberado o cancelamento do Segundo Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“Segundo Programa”), de modo que todas as opções outorgadas no âmbito deste programa foram automaticamente extintas.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2021, foi deliberado o Terceiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Terceiro Programa”), na forma do plano de outorga de opções aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2020, autorizando a administração da Companhia a celebrar os respectivos contratos

de outorga de até 1.440.000 opções de ações distribuídas aos beneficiários, as quais darão direito à aquisição de 01 ação a cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos do respectivo Programa.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2022, foi deliberado o Quarto Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Quarto Programa”), na forma do plano de outorga de opções aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2020, autorizando a administração da Companhia a celebrar os respectivos contratos de outorga de até 200.000 opções de ações distribuídas aos beneficiários, as quais darão direito à aquisição de 01 ação a cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos do respectivo Programa

Os Diretores da Companhia informam que, em virtude da aprovação do Plano e do Primeiro e Terceiro Programas, o impacto nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021 decorrente da remuneração baseada em ações dos beneficiários é de R\$46.070mil.

Ainda, dado os prazos totais de carência que variam entre 42 e 48 meses, o reconhecimento da despesa total prevista com a remuneração baseada em ações relacionada aos Programas também poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia de exercícios futuros, sendo tal impacto total para o período entre 42 e 48 meses estimado, considerando o valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, no montante de R\$34.735mil.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplicou o CPC 06(R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis da Companhia. Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos contratuais.

CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabeleceu uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

O CPC 47 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens

não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”) e Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 eliminou as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 reteve em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas aos ativos e passivos financeiros.

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38. Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia.

CPC 06(R2) Operações de arrendamento mercantil

A Companhia adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Consequentemente, as informações comparativas

apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2) em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Definição de arrendamento

Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento. Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. A Companhia aplicou o CPC 06(R2) apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1) e ICPC 03 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2). Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2) foi aplicado apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

Como arrendatário

Como arrendatário, a Companhia arrendava basicamente imóveis. A Companhia classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente à Companhia. De acordo com o CPC 06(R2), a Companhia reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento todos os arrendamentos de imóveis, ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, a Companhia optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o

arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

Anteriormente, a Companhia classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: a Companhia aplicou essa abordagem ao seu arrendamento imobiliário.

A Companhia testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

A Companhia utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2) a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1). Em particular:

- excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- utilizou informação retrospectiva ao determinar o prazo do arrendamento.

Impacto nas demonstrações contábeis

Na transição para o CPC 06(R2), a Companhia reconheceu ativos de direito de uso adicionais, incluindo propriedades para investimento e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está resumido abaixo.

	01/01/2019 (em R\$ mil)
Ativos de direito de uso	244
Passivo de arrendamento	244

01/01/2019
(em R\$ mil)

Contratos de arrendamento operacional	270
Descontado usando a taxa incremental sobre empréstimo	(26)
Passivos de arrendamento reconhecidos	244

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis no período corrente e nos últimos três exercícios sociais estão descritos no item (a) acima.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não aplicável, tendo em vista que não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres de auditoria do auditor independente da Companhia constantes das informações contábeis relativas aos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Na preparação das informações contábeis, a Administração entende que os itens abaixo são considerados políticas contábeis críticas por conter estimativas ou julgamentos considerando situações que envolvem cálculos com certa complexidade que possam resultar em alterações decorrente de circunstâncias do futuro. As premissas utilizadas são revistas periodicamente, baseadas no conhecimento e experiência da Administração, no histórico de informações da própria Companhia, estimativas elaboradas pela Administração tendo como referência eventos futuros, e utilizando referências disponíveis no mercado e auxílio de especialista. A Administração avalia continuamente as políticas contábeis críticas e entende que são essenciais para a melhor informação possível dos resultados e condições patrimoniais no final de cada período de relatório e acredita que as premissas e estimativas utilizadas são razoáveis.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras referem-se a:

Receita de contrato com cliente

Se a receita de intermediação é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita em um certo ponto no tempo ou ao longo do tempo.

Comentários da Administração:

A Administração da Companhia avaliou as obrigações de performance e concluiu que a receita de intermediação é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita em um certo ponto no tempo, ocorrendo sete dias após a entrega dos produtos comercializados do vendedor ao comprador.

Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação aos benefícios futuros esperados, e as hipóteses relacionadas aos benefícios futuros esperados implicam em um grau significativo de julgamento.

Comentários da Administração:

Caso a Administração da Companhia identifique algum sinal de que o tempo estimado para obtenção de benefícios esperados dos seus ativos sofra alguma

modificação, as vidas úteis dos bens do imobilizado e dos ativos intangíveis são reavaliadas com base em laudos técnicos. A mudança da estimativa de vida útil pode decorrer por evolução tecnológica, obsolescência programada ou mudança nas estimativas de uso dos ativos.

Teste de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado e intangíveis

As principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento.

Comentários da Administração:

A Administração analisa anualmente os relatórios de avaliação econômico-financeira da Companhia, cujas projeções incluem premissas e julgamentos significativos, entre outras, relacionadas ao acompanhamento da performance operacional, geração de resultados e a projeção do fluxo de caixa.

Provisão para risco tributários, cíveis e trabalhistas

A determinação das principais premissas sobre a probabilidade dos riscos e magnitude das saídas de recursos requer julgamento significativo.

Comentários da Administração:

A Administração a Companhia avalia, respaldada por seus assessores jurídicos, o risco de perda para cada demanda judicial ou riscos de natureza cível, trabalhista e previdenciário e tributário pela probabilidade de perda, sendo que, quando tal perda é classificada como provável, é contabilizada uma provisão pelo montante esperado de saída de recursos.

Perda esperada com *chargeback*

As premissas em relação a estimativa de cancelamentos relacionada a disputas, fraudes e desistência de compra por parte do usuário dentro do limite de tempo estabelecido.

Comentários da Administração:

A Administração monitora constantemente o histórico de *chargebacks* e os relatórios de acompanhamento financeiro. As provisões para *chargeback* são estabelecidas com base na expectativa provável de cancelamentos das compras intermediadas no seu *marketplace*.

Classificação dos instrumentos financeiros

A Companhia deve utilizar julgamento quando avaliar seu modelo de negócios para gerenciar ativos financeiros e essa avaliação não é determinada por um único fator ou atividade. Em vez disso, a Companhia deve considerar toda a evidência relevante, disponível na época da avaliação.

Comentários da Administração:

A Administração considera toda evidência relevante, disponível na época da avaliação, classificando os instrumentos financeiros de acordo com i) modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, ou ii) modelo de negócios cujo objetivo é atingido, tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda de ativos financeiros.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Como já mencionado no item 10.4 deste Formulário de Referência a Companhia adotou o CPC 06(R2) utilizando a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial, isto é, a partir de 1º de janeiro de 2019, considerando o direito de uso do ativo igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial modificada. Conseqüentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1) e interpretações relacionadas. Assim no balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2018 não estão evidenciados os contratos de arrendamento mercantis operacionais. Para os balanços patrimoniais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 estão evidenciados o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis

Os Diretores informam que não existiam outros itens não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia encerradas em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, os investimentos da Companhia foram primordialmente em:

- marketing de performance e construção de marca (R\$53,7 milhões), com o objetivo de adquirir novos usuários e promover maior liquidez na plataforma através da construção de uma rede de vendedores e compradores ativa;
- incentivos de redução de frete para os usuários da plataforma (aproximadamente R\$45,2 milhões).

A Companhia prevê reforçar o seu investimento em construção de marca e aquisição de usuários nos próximos anos. Os investimentos em incentivos de frete continuarão relevantes para expansão nas regiões geográficas em que a Companhia possui baixa penetração de mercado.

A companhia também pretende diversificar categorias, acessando o mercado de luxo, através da aquisição da Gringa.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Previamente à oferta pública inicial de ações realizado em 09 de novembro de 2020 os investimentos da Companhia eram suportados principalmente pelo caixa aportado por investidores financeiros. A geração de caixa somada ao reforço de caixa alcançado com oferta pública inicial de ações realizado pela Companhia em 09 de novembro de 2020 são as fontes de investimentos atuais.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos e serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

COVID-19

A Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou, em 11 de março de 2020, o estado de pandemia em razão da disseminação global do Coronavírus (COVID-19) e esta declaração desencadeou severas medidas por parte das autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de estabelecimentos de comércio em geral e locais de trabalho.

A pandemia da COVID-19 impactou as cadeias globais de fornecimento e algumas medidas preventivas e protetivas ainda em vigor podem interferir na capacidade de entrega de produtos de vendedores a compradores. Caso os serviços de entrega sofram atrasos ou interrupções, alterando a performance atual de forma significativa, as vendas brutas de mercadorias e a receitas da Companhia podem ser impactadas de forma desfavorável, embora o avanço da cobertura vacinal dê sinais de que as atividades econômicas pré-pandemia sejam retomadas paulatinamente.

Fatores que poderiam afetar a predisposição dos consumidores em realizar compras não-essenciais incluem, dentre outros: condições comerciais em geral, níveis de emprego, taxas de juros, taxas tributárias, disponibilidade de crédito ao consumidor, confiança do consumidor em condições econômicas futuras, bem como riscos, e a percepção pública de riscos relacionados a epidemias ou pandemias como a própria COVID-19. No caso de uma desaceleração econômica prolongada ou recessão aguda, os hábitos de consumo podem ser adversamente afetados, impactando de forma desfavorável as receitas da Companhia.

A Companhia monitora em tempo real a evolução das transações dos usuários para que possa identificar e reagir rapidamente a eventuais variações causadas por fatores externos. As ações da Companhia para minimizar os impactos relacionados ao COVID-19 foram:

- reforço de comunicação com usuários sobre procedimentos adotados pelo enjoei;
- incentivo da utilização da coleta em casa para os vendedores;

- expansão da região de cobertura do serviço de coleta em casa;
- alteração de 10 para 15 dias, o período de devolução de um produto por parte do comprador;
- simplificação do processo de reimpressão de etiqueta vencida.

O monitoramento no período da pandemia demonstrou que não há efeitos desfavoráveis no comportamento dos nossos consumidores uma vez que o número de usuários cresceu, de 9,55 milhões de usuários cadastrados em 31 de dezembro de 2019 para 13,72 milhões de usuários cadastrados em 31 de dezembro de 2020 e 21,34 milhões de usuários cadastrados em 31 de dezembro de 2021.

Despesas Publicitárias

As ações de publicidade da Companhia são planejadas estrategicamente e taticamente em ciclos anuais, em alinhamento com os elementos relacionados ao posicionamento da marca Enjoei. São definidas de acordo com os interesses da Companhia em função do dinamismo e das mudanças no cenário em que está inserida; dos objetivos e metas do negócio da Companhia; do mercado como um todo; das oportunidades de negócios, tais como lançamentos e expansões de serviços; e dos objetivos de fortalecimento da sua marca.

As ações de publicidade em televisão, jornais e revistas e mídias digitais são utilizadas para contribuir com os resultados e objetivos estratégicos da Companhia, sendo um elemento importante na aquisição e retenção de usuários.

As estratégias de aquisição da Companhia são compostas por Mídias Pagas de Performance (Google Ads, Facebook Ads, Parceiros Remarketing), combinadas com Tráfego não pago (tráfego direto e orgânico na plataforma). Ações e investimentos de Branding para fortalecimento da marca (tais como campanhas de TV, Influencer Marketing e Social Media) alavancam a aquisição de tráfego não pago para a plataforma (web e apps), possuindo um impacto relevante na eficiência de longo prazo da nossa estratégia de aquisição.

Após a etapa de conversão de um usuário em novo comprador, o objetivo passa a ser a retenção e o aumento de frequência de compras dos usuários, sendo isso atingido através da experiência oferecida pela plataforma (user experience ou “ux”, navegação e recomendações personalizadas, algoritmo de listagem

otimizado em nível de usuário e geolocalização, atendimento) atrelada à manutenção de “top of mind” por reforço da marca online (influencers e remarketing) e offline (TVs aberta e paga). Como citado, os pilares de marketing de aquisição são:

- Mídias online de Performance: otimizadas através do CAC (custo por aquisição de novo comprador), direcionando investimento para mídias mais eficientes acompanhando cada touchpoint do usuário na plataforma e o impacto da mídia na sua ativação.
- Mídias Pagas de Branding: otimizadas através do impacto direto e indireto em tráfego orgânico e aquisição de novos usuários na plataforma.

As ações prezam pelo respeito à diversidade étnica, geográfica, de gênero, idade e de pessoas com deficiência, além de combater qualquer forma de discriminação, desrespeito ou situação constrangedora, em observância às leis e ao Código Brasileiro de Auto-Regulamentação Publicitária, que regulamenta as normas éticas aplicáveis a publicidade e propaganda.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 os gastos com publicidade pela Companhia foram de R\$57.197 mil, R\$21.967 mil e R\$16.726 mil respectivamente.

ENJOEI S.A.
CNPJ/ME nº 16.922.038/0001-51
NIRE. 35.300.554.728

ANEXO II

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DA ENJOEI S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022**

**ELEIÇÃO DE CANDIDATOS PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS
EFETIVOS E SUPLENTES (INCLUINDO INDEPENDENTES) DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**Definição de número de assentos do Conselho de Administração da
Companhia:**

Respeitada a limitação do número de assentos do Conselho de Administração, conforme disposto no Artigo 22, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, a Proposta da Administração é de que a composição do Conselho de Administração da Companhia para o mandato com encerramento na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2023 seja de 5 (cinco) membros efetivos e 1 (um) membro suplente, sendo um Presidente e um Vice-Presidente, nomeados pela Assembleia Geral. Ressalta-se que, dos membros efetivos, 4 (quatro) serão conselheiros independentes.

Candidatos ao Conselho de Administração da Companhia

Para as vagas propostas, a Administração propõe a eleição da chapa composta pelos seguintes membros, os quais, se eleitos, cumprirão mandato até a assembleia geral ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2023, conforme disposto no Artigo 22, *caput*, do Estatuto Social:

Candidatos
1. Renato Feitosa Rique (Independente) (Efetivo) / Alexandre Silveira Dias (Independente)(Suplente)
2. Ana Luiza McLaren Moreira Maia e Lima (Efetivo)
3. Fernando Biancardi Cirne (Independente) (Efetivo)
4. Gregory Louis Reider (Independente) (Efetivo)

5. Helena Turola de Araújo Penna (Independente) (Efetivo)

O Conselho de Administração da Companhia, após avaliar os referidos nomes, concluiu que os membros indicados na referida chapa estão aderentes à Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria Estatutária da Companhia (“Política de Indicação”), aprovada em 31 de agosto de 2020, bem como que os membros indicados na qualidade de independentes observam os critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.

Os acionistas poderão, na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários, indicar outras chapas para participarem da eleição majoritária ao Conselho de Administração, devendo, nestes casos, encaminhar à Companhia as informações dos candidatos, devidamente acompanhadas dos documentos exigidos pelo §2º do Artigo 25 do Estatuto Social e pelo item 3.2.3 da Política de Indicação.

Procedimento para eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia

Salvo se acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia requererem a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração com antecedência mínima de 48h da assembleia (artigo 141 da Lei das S.A. e Instrução CVM nº 165/91 e, a partir de 1º de abril de 2022, Resolução CVM nº 70), a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrerá pelo sistema de chapas, conforme previsto no Artigo 25 do Estatuto Social. Na eleição por chapa, cada acionista somente poderá votar em uma chapa, sendo declarados eleitos os membros da chapa que receber o maior número de votos na Assembleia Geral.

Caso, porém, o procedimento de voto múltiplo venha a ser regularmente requerido, deixará de haver a eleição por chapas e serão candidatos a membros do Conselho de Administração os integrantes da chapa indicada na presente Proposta e das eventuais chapas adicionais propostas por acionistas, bem como eventuais candidatos adicionais que vierem a ser indicados por acionistas para participarem especificamente da eleição por voto múltiplo, desde que sejam apresentadas à Assembleia Geral as declarações assinadas por estes

candidatos, com o conteúdo referido no §2º do Artigo 25 do Estatuto Social da Companhia, bem como no item 3.2.3 e no Anexo I da Política de Indicação.

Na hipótese de adoção do procedimento de voto múltiplo, serão atribuídos a cada ação tantos votos quantos forem os assentos a serem preenchidos no Conselho de Administração pelo procedimento de voto múltiplo, podendo cada acionista alocar livremente seus votos entre os candidatos, e sendo eleitos os candidatos que receberem o maior número de votos. Nesse caso, será divulgado imediatamente antes do início da votação o número de votos necessários para garantir a eleição de ao menos um membro do Conselho de Administração, com base no número de ações detidas pelos acionistas nela presentes. Os cargos que, em virtude de empate, não forem preenchidos, serão objeto de nova votação, pelo mesmo processo, ajustando-se o número de votos que caberá a cada acionista em função do número de cargos a serem preenchidos.

Nomeação de Presidente e Vice-Presidente

Nos termos do artigo 22, §1º, do Estatuto Social da Companhia, a Assembleia deverá nomear o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração. Sendo assim, a Administração indica a Sra. Ana Luiza McLaren Moreira Maia e Lima e o Sr. Fernando Biancardi Cirne para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, respectivamente.

INFORMAÇÕES DOS ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA EM RELAÇÃO AOS INDICADOS

Diante disso, apresentamos as relações dos integrantes da chapa indicada para o Conselho de Administração, contendo, dentre outras informações, aquelas exigidas no §2º do Artigo 25 do Estatuto Social.

12.5. Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal:

As informações incluídas neste item consideram o cenário de aprovação integral da Proposta da Administração – e, portanto, a eleição dos candidatos integrantes da chapa da administração para o Conselho de Administração na AGO.

Membros Efetivos e Suplentes do Conselho de Administração:

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia		Descrição de outro cargo / função			
Gregory Louis Reider	14/04/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2022	Até a AGO de 2024	2
082.825.467-20	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	26/04/2022	Não	100%
N/A					
Renato Feitosa Rique	05/02/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2022	Até a AGO de 2024	2
706.190.267-15	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	26/04/2022	Não	100%
N/A					
Fernando Biancardi Cirne	12/12/1972	Conselho de Administração	26/04/2022	Até a AGO de 2024	2
169.278.538-98	Engenheiro	25 - Vice Presidente Cons. de Administração Independente	26/04/2022	Não	100%

Nome	Data de nascimento	Órgão da administração	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidos na Companhia		Descrição de outro cargo / função			
N/A					
Helena Turola de Araújo Penna	04/06/1974	Pertence ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração	26/04/2022	Até a AGO de 2024	2
042.979.517-38	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	26/04/2022	Não	100%
A Sra. Helena Turola de Araújo Penna também ocupa o cargo de membro do Comitê de Auditoria da Companhia		Comitê de Auditoria - Conselho de Administração			
Ana Luiza McLaren Moreira Maia e Lima	01/03/1982	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	26/04/2022	Até a AGO de 2024	2
091.845.507-32	Publicitária	39 - Outros Conselheiros / Diretores	26/04/2022	Não	100%
Diretora de Comunicação e Recursos Humanos		Diretores - Presidente do Conselho de Administração			
Alexandre Silveira Dias	18/09/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	26/04/2022	Até a AGO de 2024	2
158.558.418-55	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	26/04/2022	Não	100%
N/A					

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Gregory Louis Reider - 082.825.467-20

O Sr. Gregory Louis Reider é co-fundador e *managing partner* da Volpe Capital, fundo de *venture capital* focado em companhias de tecnologia na América Latina. Atua como presidente do Conselho da Sequoia Transportes e Logística S.A., presidente do Conselho da Lojas União 1A99 S.A., membro do conselho da Pet Center Comercio e Participações S.A. e membro do Conselho da GetNinjas S.A. Entre 2012-2020, foi *Principal* no Warburg Pincus LLC. Anteriormente, liderou a área de *private equity* do banco BR Partners e trabalhou na Och-Ziff Capital Management. Gregory Reider é formado *cum laude* em Economia pela Yale University.

O Sr. Gregory (i) não é controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau de acionista controlador da Companhia, administrador da Companhia ou administrador de acionista controlador da Companhia; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou de seu acionista controlador.

O Sr. Gregory não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Renato Feitosa Rique - 706.190.267-15

O Sr. Renato Feitosa Rique é fundador da Aliance Shopping Centers e atualmente é o Presidente do Conselho de Administração dessa empresa. É economista graduado pela Universidade Cândido Mendes e atua, desde 1983, no setor de shopping centers. Foi Presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) e Presidente do Conselho e Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Fundou e presidiu o Instituto Newton Rique, projeto social focado na inserção do adolescente na sociedade.

O Sr. Renato (i) não é controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau de acionista controlador da Companhia, administrador da Companhia ou administrador de acionista controlador da Companhia; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou de seu acionista controlador.

O Sr. Renato não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Fernando Biancardi Cirne - 169.278.538-98

Fernando Biancardi Cirne é engenheiro formado pela Universidade de São Paulo, com MBA pelo IBMEC. Desenvolveu parte de sua carreira na Editora Abril, onde começou como trainee e depois foi responsável pelo desenvolvimento da operação de Assinaturas na Internet, que já foi uma das grandes operações de e-commerce no Brasil. Atuou também como Diretor de Marketing Direto em Assinaturas, onde além dos esforços de Internet gerenciou as áreas de Telemarketing Ativo e Marketing Direto Off Line. Ainda na Editora Abril atuou Diretor de e-Business, onde foi responsável pela distribuição de conteúdo digital e Database Marketing, atuando com um dos maiores bancos de dados e operação de BI do mercado. Na Locaweb atuou como CMO, Diretor Geral da Unidade

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Locaweb Varejo e hoje é presidente do Grupo, sendo responsável pelas 3 operações do Grupo, Be Online, SaaS e Commerce, que operam marcas como LOCAWEB, NEXTIOS, ALLIN, DELIVERY DIRETO, TRAY, YAPAY e KING HOST. Foi responsável por todo o processo de abertura de capital da companhia (Bovespa LWSA3)

O Sr. Fernando (i) não é controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau de acionista controlador da Companhia, administrador da Companhia ou administrador de acionista controlador da Companhia; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou de seu acionista controlador.

O Sr. Fernando não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Helena Turola de Araújo Penna - 042.979.517-38

Graduada em Economia pela PUC Rio em 1995, iniciou sua carreira no Banco Icatu, como analista do segmento de varejo. Assim, possui 20 anos de experiência no comércio eletrônico, com especialidades em empresas varejistas como Saraiva, Lojas Americanas e Nova Pontocom (Ponto Frio, Extra e Casas Bahia). Atuou como Conselheira Fiscal das Lojas Renner e atualmente participa como membro efetivo do Conselho Fiscal do Instituto Clima e Sociedade. As empresas citadas não (i) integram o grupo econômico do emissor ou (ii) são controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia.

A Sra. Helena (i) não é controladora direta ou indireta da Companhia; (ii) não tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não é cônjuge, companheira ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau de acionista controlador da Companhia, administrador da Companhia ou administrador de acionista controlador da Companhia; (iv) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregada ou diretora da Companhia ou de seu acionista controlador.

A Sra. Helena não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Ana Luiza McLaren Moreira Maia e Lima - 091.845.507-32

Ana Luiza McLaren Moreira Maia e Lima é formada em publicidade, é cofundadora da Companhia e responsável pelas áreas de comunicação, marca e recursos humanos, com 10 anos de experiência na Companhia. Possui vasta experiência profissional, tendo trabalhado em empresas como Shoptime, Americanas, Editora Abril, iG e Google. A Sra. Ana Luiza não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Alexandre Silveira Dias - 158.558.418-55

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

O Sr. Alexandre Silveira Dias é Sócio-fundador da São Pedro Capital, gestora de recursos alternativos independente. Alexandre foi sócio e membro do Comitê de Investimentos da Victoria Capital Partners, uma firma independente de private equity focada na América do Sul. Com 30 anos de carreira profissional, ocupou posições de CEO em várias companhias como Google no Brasil e DIRECTV na Argentina, Peru e Uruguai, além da Anhanguera Educacional – hoje parte da Cogna Educação. Trabalhou como consultor na McKinsey & Company e atuou em vários conselhos como Chairman e Conselheiro, incluindo Damásio, Elemidia, Oncoclínicas e Qualicorp. Atualmente, é Presidente do Conselho de Administração da Positivo Tecnologia e Membro do Conselho de Administração da Aliance Sonae e da Magnopus. Alexandre é engenheiro civil, graduado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 1993 e recebeu seu MBA pela “The Anderson School of Management at UCLA”.

O Sr. Alexandre não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM no 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

12.6. Percentual de participação de cada uma das pessoas que atuaram como membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal nas reuniões realizadas no último exercício social pelo respectivo órgão e que tenham ocorrido após a posse no cargo:

As informações prestadas no presente item referem-se apenas aos atuais membros do Conselho de Administração apresentados na presente Proposta como candidatos à reeleição.

Conselho de Administração		
Membros Titulares	Total de reuniões realizadas desde a posse	% Participação do membro desde a posse
Gregory Louis Reider	3	100%
Renato Feitosa Rique	3	100%
Fernando Biancardi Cirne	17	100%
Helena Turola de Araújo Penna	17	100%
Ana Luiza Mclaren Moreira Maia e Lima	17	100%

12.7. Membros dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiros e comitê de remuneração:

As informações prestadas no presente item referem-se apenas à candidata ao Conselho de Administração apresentada na presente Proposta que participou do Comitê de Auditoria no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e não representam, por isso, qualquer indicação quanto aos futuros membros dos Comitês da Companhia.

Cabe ressaltar, por oportuno, que o *curriculum vitae* da integrante do Comitê abaixo relacionada consta no item 12.5 acima.

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data de eleição	Prazo do mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Data de nascimento	Data de posse	Número de mandatos consecutivos
Outros cargos e funções exercidos na Companhia					
Helena Turola de Araújo Penna	Comitê de Auditoria	Membro do Comitê (Efetivo)	Economista	01/10/2020	Até a data da primeira RCA após a AGO de 2022
042.979.517-38	N/A	N/A	04/06/1974	01/10/2020	100%
A Sra. Helena Turola de Araújo Penna também ocupa o cargo de membro efetivo independente do Conselho de Administração da Companhia.					

12.8. Percentual de participação de cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, comitês de auditoria, comitês de risco, comitês financeiros e comitê de remuneração nas reuniões realizadas no último exercício social pelo respectivo comitê e que tenham ocorrido após a posse no cargo:

As informações prestadas no presente item referem-se apenas à candidata ao Conselho de Administração apresentada na presente Proposta que participou do Comitê de Auditoria no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

	Nome	Total de reuniões realizadas desde a sua respectiva posse	% de participação nas reuniões realizadas desde a sua respectiva posse
1.	Helena Turola de Araújo Penna	7	100%

12.9. Relações conjugais, uniões estáveis ou parentesco até o segundo grau existentes entre:

As informações incluídas neste item dizem respeito apenas aos candidatos para o Conselho de Administração apresentados na presente Proposta.

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Tiê Lima Diretor Presidente / Superintendente	085.009.547-60	Enjoei S.A	16.922.038/0001-51	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Ana Luiza McLaren Moreira Maia e Lima Presidente do Conselho de Administração e Diretora de Comunicação e Recursos Humanos	091.845.507-32	Enjoei S.A	16.922.038/0001-51	

12.10 – Relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

Os candidatos aos cargos de membros efetivos do Conselho de Administração apresentados na presente Proposta não possuem ou possuíam, nos últimos 3 anos, relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas com os controladores ou sociedades controladas ou com fornecedores, clientes, devedores ou credores relevantes da Companhia e suas controladas.

ENJOEI S.A.
CNPJ/ME nº 16.922.038/0001-51
NIRE 35.300.554.728

ANEXO III

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DA ENJOEI S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022**

**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME
PREVISTO NA INSTRUÇÃO 481, ARTIGO 12, INCISO I**

Nos termos do artigo 12, inciso I, da Instrução 481, apresentamos a proposta de fixação do montante global para remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.

Desta forma, para o exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022, propomos como remuneração global dos administradores o montante de até R\$ 27.698.100,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e noventa e oito mil e cem reais) ("Remuneração Global dos Administradores").

A Remuneração Global dos Administradores inclui, por exemplo, os valores referentes a salário/pró-labore, benefícios, remuneração variável, potenciais concessões de opções de compra de ações nos termos dos planos aprovados, a serem reconhecidos no resultado da Companhia, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação das remunerações individuais e a determinação da proporção de cada componente na remuneração dos administradores.

Por sua vez, em conformidade com a decisão do Colegiado da CVM no âmbito do Processo CVM nº 19957.007457/2018-10, os encargos sociais de ônus do empregador não estão abrangidos pela Remuneração Global dos Administradores.

A Administração esclarece que a Remuneração Global dos Administradores ora proposta considera a experiência e reputação dos administradores, as responsabilidades assumidas e as complexidades inerentes aos cargos. Foi considerada, adicionalmente, a necessidade de garantir a competitividade frente ao mercado de atuação da Companhia, permitindo a atração e retenção dos

melhores profissionais para a administração e a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo.

A título informacional, a Administração da Companhia esclarece que, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2021, aprovou o montante global anual para remuneração dos administradores para até R\$ 52.358.110,00 (cinquenta e dois milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, cento e dez reais), tendo a Companhia efetivamente utilizado R\$ 51.252.470,08 (cinquenta e um milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e setenta reais e oito centavos), aí incluídos, dentre outros, os valores pagos a título de pró-labore, benefícios, remuneração variável, outorga de opções de compra de ações nos termos dos planos aprovados. A diferença a menor de R\$ 1.105.639,92 (hum milhão, cento e cinco mil, seiscentos e trinta e nove reais e noventa e dois centavos), ou 2,1% (dois vírgula um por cento), verificada entre o valor da remuneração global aprovado e o valor efetivamente realizado decorre, preponderantemente, do cancelamento de opções outorgadas a membro da diretoria estatutária no âmbito do Segundo Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia, o qual foi cancelado por deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada no dia 29 de outubro de 2021.

A Remuneração Global dos Administradores ora proposta considera valores 47,1% (quarenta e sete vírgula um por cento) inferiores àqueles aprovados pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2021. Tal variação decorre, preponderantemente, do menor impacto esperado do reconhecimento do valor justo das opções outorgadas no âmbito do Primeiro Programa de Opções de Compra de Ações de Emissão da Companhia no resultado da Companhia no exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022, em oposição ao valor reconhecido no resultado de 2021, em razão da apropriação no tempo do período de carência das opções.

ENJOEI S.A.
CNPJ/ME nº 16.922.038/0001-51
NIRE 35.300.554.728

ANEXO IV

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL
ORDINÁRIA DA ENJOEI S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022**

**PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONFORME
PREVISTO NA INSTRUÇÃO 481, ARTIGO 12, INCISO II**

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A política de remuneração dos Administradores, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2020, estabelece princípios e critérios para a remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia (“**Política de Remuneração**”). A Política de Remuneração encontra-se à disposição para consulta no site da Companhia (ri.enjoei.com.br) e no sistema Empresas.Net da CVM.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração global dos administradores poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) benefícios; (iv) remuneração baseada ou referenciada em ações; e (v) outros que o Conselho de Administração venha a determinar, sendo certo que os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, farão jus somente à remuneração fixa.

Conselho de Administração

Os Conselheiros independentes farão jus a (i) remuneração fixa mensal e (ii) remuneração por participações em comitês quando, de fato, integrarem tais órgãos.

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária é baseada no escopo do cargo, experiência profissional e responsabilidades desempenhadas por cada membro. É composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore, orientada por pesquisas salariais aderentes ao segmento de atuação da Companhia e definido de acordo com a negociação individual com cada membro. Todos os membros da Diretoria Estatutária são elegíveis a benefícios que contemplam: (i) assistência médica extensiva aos dependentes; (ii) seguro de vida; (iii) estacionamento na sede da Companhia; (iv) vale-alimentação; (v) vale-combustível, (vi) auxílio creche/babá, entre outros. Até o mês de junho de 2021, um dos membros da Diretoria Estatutária se valeu do benefício de arrendamento de imóvel para moradia. Os membros da Diretoria Estatutária poderão fazer jus a uma remuneração variável de curto prazo (bônus), atrelada ao atingimento de metas de performance definidas pela Companhia. A remuneração variável de curto prazo (bônus) busca oferecer aos diretores uma retribuição pelo seu desempenho e engajamento no atingimento dos objetivos elencados pela Companhia. Ao final de cada exercício, quando encerradas as demonstrações financeiras anuais, a Companhia irá apurar o atingimento das metas. O pagamento da remuneração variável de curto prazo (bônus), quando devido, acontecerá no primeiro trimestre do exercício subsequente à apuração.

Os membros da Diretoria Estatutária poderão ser elegíveis a uma remuneração variável de longo prazo que tem como objetivo o alinhamento de interesses de longo prazo de acionistas e diretores. Essa modalidade de remuneração variável de longo prazo visa ainda reforçar a capacidade de atrair, reter e motivar de forma efetiva executivos altamente qualificados. A remuneração variável de longo prazo poderá ser atribuída na forma de planos de outorga de opção de compra de ações da Companhia, nos termos eventualmente aprovados em assembleia geral e nos respectivos programas. Para mais informações sobre o plano de outorga de opção de compra de ações da Companhia em vigor, vide item 13.4 do Formulário de Referência da Companhia.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Como anteriormente informado, a remuneração do Conselho de Administração é integralmente composta por uma parcela fixa desde a sua instalação, sendo que a Companhia apenas passou a contar com um Conselho de Administração no exercício social de 2020.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a remuneração da Diretoria da Companhia foi composta, em sua totalidade, por remuneração fixa. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, (i) a parcela fixa da remuneração correspondeu a 29,5% da remuneração total da Diretoria; (ii) a parcela de remuneração variável correspondeu a 0,6% da remuneração total da Diretoria; e (iii) a parcela de remuneração baseada em ações correspondeu a 69,9% da remuneração total da Diretoria.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, (i) a parcela fixa da remuneração correspondeu a 9% (nove por cento) da remuneração total da Diretoria; (ii) a parcela de remuneração variável correspondeu a 5,4% (cinco vírgula quatro por cento) da remuneração total da Diretoria; e (iii) a parcela de remuneração baseada em ações correspondeu a 85,5% (oitenta e cinco vírgula cinco por cento) da remuneração total da Diretoria.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Caberá ao Conselho de Administração determinar a proporção de cada componente da remuneração dos administradores. A remuneração fixa poderá ser revista anualmente, a critério do Conselho de Administração, de forma que seja adequada às práticas de mercado ou atualizada monetariamente.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração adotada pela Companhia visa: (i) a aplicar critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; (ii) ao reconhecimento de performance diferenciada, reforçando a meritocracia; (iii) a garantir à competitividade frente ao mercado-alvo, permitindo a atração e retenção dos melhores profissionais para a administração da Companhia; e (iv) a garantir a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

(v) membros não remunerados

Apenas um membro da Administração renunciou à remuneração por suas funções no Conselho de Administração por desempenhar também função na Diretoria, pela qual é remunerado. Além disso, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, os membros do Conselho de Administração, constituído e instalado em 31 de agosto de 2020, foram remunerados apenas no período de outubro a dezembro, tendo renunciado à remuneração referente ao mês de setembro.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O montante equivalente à remuneração dos membros do Conselho de Administração será definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas, as complexidades inerentes ao cargo, o tempo dedicado às funções exercidas, sua competência, a reputação do profissional e as práticas de mercado, sendo que o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração podem receber remunerações superiores aos demais conselheiros, em função da maior responsabilidade inerente a seus cargos. Já o montante equivalente à remuneração fixa dos membros da Diretoria é definido levando-se em conta, principalmente, as responsabilidades assumidas e o nível de complexidade das funções desempenhadas, em comparação com as práticas de mercado de empresas do mesmo porte da Companhia. Além disso, os diretores podem fazer jus a uma remuneração variável, que poderá ser composta por uma parcela de curto prazo e outra de longo prazo, conforme abaixo:

- Curto prazo: A remuneração variável de curto prazo tem como objetivo incentivar o alcance dos resultados de curto prazo da Companhia e está diretamente atrelada a seu desempenho financeiro e operacional. Na remuneração variável de curto prazo que lhes pode ser atribuída, as metas dos diretores estarão atreladas ao desempenho financeiro (metas financeiras) e operacional (metas individuais) da Companhia; e
- Longo prazo: A remuneração variável de longo prazo tem como objetivo promover o alinhamento de interesses de longo prazo entre acionistas e diretores, bem como reforçar a capacidade de atrair, reter e motivar de forma efetiva executivos altamente qualificados. A remuneração variável de longo prazo poderá ser atribuída na forma de planos de outorga de

opções de compra de ações da Companhia, nos termos eventualmente aprovados em assembleia geral e nos respectivos programas.

O montante devido aos membros externos que compõem o Comitê de Auditoria é definido levando-se em consideração, principalmente, a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a dedicação de tempo esperada do profissional, a complexidade dos negócios, a experiência e qualificação necessárias ao exercício da função.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Na medida em que a remuneração variável dos Diretores é estruturada com base no alcance dos resultados, tanto de curto como de longo prazo da Companhia, tais Diretores são adequadamente remunerados e compensados quando há observância de evolução nos indicadores de desempenho financeiro (metas financeiras) e operacional (metas individuais).

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração tem como objetivo incentivar os Diretores a buscar a melhor rentabilidade para a Companhia, atrelando a remuneração variável com os indicadores de desempenho, no curto prazo, e retendo profissionais que passam a se tornar essenciais para as operações da Companhia, que compartilham o risco e o resultado com a Companhia.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável, tendo em vista que não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

Uma vez aprovada a remuneração global dos administradores, nos termos da Lei das Sociedades por ações, o órgão responsável pelo processo decisório de remuneração individual, segundo o Estatuto Social da Companhia, é o Conselho de Administração da Companhia.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

Para definição da remuneração dos administradores e membros do Conselho de Administração da Companhia, são consideradas as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

A avaliação da adequação da política de remuneração é realizada anualmente, por ocasião da convocação da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, levando-se em consideração as práticas de mercado usualmente aplicadas no setor da Companhia, especialmente em empresas do mesmo porte da Companhia.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social de 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	5,0	0	10,0
Nº de membros remunerados	4,0	5,0	0	9,0
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	240.000,00	4.160.000,00	0	4.400.000,00
Benefícios diretos e indiretos	0	396.186,73	0	396.186,73
Participação em comitês	36.000,00	0	0	36.000,00
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	2.560.000,00	0	2.560.000,00
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	N/A
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0

Baseada em ações, incluindo opções	0	20.305.913,27	0	20.305.913,27
Observação	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	276.000,00	27.422.100,00	0	27.698.100,00

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	5,09	0	10,09
Nº de membros remunerados	4,0	5,09	0	9,09
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	207.833,34	3.934.666,66	0	4.142.500,00

Benefícios diretos e indiretos	0	463.575,00	0	463.575,00
Participação em comitês	32.000,00	0	0	32.000,00
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	2.786.807,64	0	2.786.807,64
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	43.827.587,44	0	43.827.587,44
Observação	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a		

	acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	239.833,34	51.012.636,74	0	51.252.470,08

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,67	7,67	0	9,34
Nº de membros remunerados	1	7,67	0	8,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	22.500,00	4.109.916,66	0	4.132.416,66
Benefícios diretos e indiretos	0	603.532,10	0	603.532,10
Participação em comitês	6.000,00	0	0	6.000,00
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações fixas	0	0	0	0
Remuneração variável				
Bônus	0	100.000,00	0	100.000,00
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0

Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	11.233.628,65	0	11.233.628,65
Observação	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	28.500,00	16.047.077,41	0	16.075.577,41

Remuneração total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	9,33	0	9,33
Nº de membros remunerados	0	9,33	0	9,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0	3.591.500,00	0	3.591.500,00
Benefícios diretos e indiretos	0	632.782,54	0	632.782,54
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis	0	0	0	0
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessaçã o do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações, incluindo opções	0	0	0	0

Observação	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no Ofício-Circular/Anual-2022-CVM/SEP, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0	4.224.282,54	0	4.224.282,54

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	5,0	0	10,0
Nº de membros remunerados	0	5,0	0	5,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	3.840.000,00	0	3.840.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	2.560.000,00	0	2.560.000,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0

31/12/2021	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,0	5,09	0	10,09
Nº de membros remunerados	0	3,0	0	3,0
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	4.507.500,00	0	4.507.500,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	3.005.000,00	0	3.005.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	2.786.807,64	0	2.786.807,64
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0
Valor máximo previsto no	0	0	0	0

plano de remuneração				
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	0	0	0	0

31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,67	7,67	0	9,34
Nº de membros remunerados	0	7,67	0	7,67
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	5.583.750,00	-	5.583.750,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	3.722.500,00	-	3.722.500,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	100.000,00	0	100.000,00

do exercício social				
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0	9,33	0	9,33
Nº de membros remunerados	0	9,33	0	9,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no	-	-	-	-

plano de remuneração				
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	4.800.000,00	-	4.800.000,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	3.200.000,00	-	3.200.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0	0	0	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	-	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	0	0	0	0

do exercício social				
----------------------------	--	--	--	--

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações (“**Plano**”), cujo objeto é a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Ações**”) aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outra(s) sociedade(s) sob o seu controle, que venham a ser escolhidos como pessoas elegíveis a critério exclusivo do Conselho de Administração (“**Pessoas Elegíveis**”), conforme eleitas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê para participar do Plano (“**Participantes**”).

O Plano contempla uma diluição máxima de 8,66%, considerando o capital social existente na data de sua aprovação.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“**Primeiro Programa**”). O Primeiro Programa estabeleceu a outorga de 9.549.613 opções a determinados beneficiários que tiveram papel essencial no desenvolvimento da Companhia, condicionando o exercício de tais opções ao transcurso de períodos de carência que somente se iniciam na data de divulgação do Prospecto Definitivo da oferta pública de distribuição inicial de ações de emissão da Companhia (“**IPO**”), e que têm como principal finalidade a retenção de tais colaboradores e o alinhamento de interesses de longo prazo. Na forma do Plano, cada opção outorgada no âmbito Primeiro Programa dará ao beneficiário o direito de subscrever 1 Ação, pelo preço de exercício foi fixado tendo como referência o valor de patrimônio líquido contábil por ação, com base nas demonstrações financeiras de 31 de julho de 2020, ajustado por eventos societários subsequentes, e equivale ao valor de R\$ 0,53.

Em 15 de março de 2021, o Conselho de Administração aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“**Segundo Programa**”). Em 29 de outubro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento do Segundo Programa, mediante anuência de seus Beneficiários, sendo extintas todas as Opções outorgadas nos seus termos. Na

mesma data, foi aprovado o Terceiro Programa de Opção de Compra da Companhia, que tem por objeto a outorga de até 1.440.000 Opções no âmbito do Plano, tendo sido o preço de exercício fixado de acordo com a média das cotações das ações de emissão da Companhia nos 40 (quarenta) pregões na B3 imediatamente anteriores à data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração.

Em 18 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou, ainda, o Quarto Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“**Quarto Programa**”), tendo como objeto a outorga de até 200.000 Opções no âmbito do Plano e o preço de exercício fixado de acordo com a média das cotações das ações de emissão da Companhia nos 40 (quarenta) pregões na B3 imediatamente anteriores à data de aprovação do Programa pelo Conselho de Administração.

(b) principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que as Pessoas Elegíveis, sujeitas a determinadas condições, adquiram Ações, com vista a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos das Pessoas Elegíveis; (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela(s) vinculadas as Pessoas Elegíveis e incentivar a criação de valor à Companhia; e (d) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores e empregados.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano alinha os interesses das Pessoas Elegíveis aos acionistas da Companhia, estimulando uma atitude de “dono”, além de manter os beneficiários engajados no atingimento das respectivas metas.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano possibilita à Companhia oferecer uma remuneração competitiva no mercado, viabilizando a atração e retenção de profissionais qualificados.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

Ao promover uma atitude de “dono” e engajar os beneficiários no cumprimento das suas respectivas metas, o Plano alinha os interesses dos beneficiários aos

interesses dos acionistas e estimula o crescimento sustentável da Companhia. Adicionalmente, o Plano estimula uma visão de longo prazo dos resultados da Companhia, focada na geração de valor agregado e na valorização das Ações. O estabelecimento de períodos de carência para o exercício das opções outorgadas estimula a retenção dos beneficiários e gera um alinhamento de interesses de longo prazo.

(f) número máximo de ações abrangidas

A Companhia não tem planos de concessão de ações. O Plano prevê a abrangência de até 14.172.550 opções, as quais darão direito à aquisição de 1 ação a cada opção exercida, mediante o pagamento do preço de exercício fixado nos termos do respectivo Programa. O Primeiro Programa abrange a outorga de 9.549.613 dessas opções, o Terceiro Programa abrange a outorga de 1.440.000 dessas opções e o Quarto Programa abrange a outorga de 200.000 dessas opções.

O Segundo Programa abrangia a outorga de 1.260.000 dessas opções, automaticamente extintas quando do cancelamento do programa pelo Conselho de Administração.

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano prevê a abrangência de até 14.172.550 opções. O Primeiro Programa abrange a outorga de 9.549.613 dessas opções, o Terceiro Programa abrange a outorga de 1.440.000 dessas opções e o Quarto Programa abrange a outorga de 200.000 dessas opções.

(h) condições de aquisição de ações

O Conselho de Administração aprovará a outorga de opções, elegendo os outorgados em favor dos quais serão outorgadas opções nos termos do Plano, fixando o preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento, estabelecendo os prazos e condições de exercício das opções e impondo quaisquer outras condições relativas a tais opções. Cada opção dará direito ao outorgado de adquirir 1 (uma) Ação, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo contrato de opção.

No âmbito dos Programas (Primeiro, Terceiro e Quarto Programas), o exercício das opções – mediante o pagamento do preço de exercício – está sujeito ao

transcurso integral de seu respectivo prazo de carência, conforme detalhado no item (j) abaixo.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

O prazo de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano será fixado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação do respectivo programa.

No âmbito do Primeiro Programa, as opções outorgadas são divididas em 4 lotes, sujeitos a diferentes períodos de carência, assim distribuídos:

- (i) Primeiro Lote de Opções: o primeiro lote de opções, correspondente a 25% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 6 meses contados da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO;
- (ii) Segundo Lote de Opções: o segundo lote de opções, correspondente a 25% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 18 meses contados da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO;
- (iii) Terceiro Lote de Opções: o terceiro lote de opções, correspondente a 25% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 30 meses contados da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO; e
- (iv) Quarto Lote de Opções: o quarto lote de opções, correspondente aos 25% restantes das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 42 meses contados da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO.

No âmbito do Terceiro Programa, as opções outorgadas são divididas em 4 lotes, sujeitos a diferentes períodos de carência, assim distribuídos:

- (i) Primeiro Lote de Opções: o primeiro lote de opções, correspondente a 20% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 12 (doze) meses contados da data de aprovação do Terceiro Programa pelo Conselho de Administração;
- (ii) Segundo Lote de Opções: o segundo lote de opções, correspondente a 20% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de aprovação do Terceiro Programa pelo Conselho de Administração;
- (iii) Terceiro Lote de Opções: o terceiro lote de opções, correspondente a 30% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 36

(trinta e seis) meses contados da data de aprovação do Terceiro Programa pelo Conselho de Administração; e

(iv) Quarto Lote de Opções: o quarto lote de opções, correspondente aos 30% restantes das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 48 (quarenta e oito) meses contados da data de aprovação do Terceiro Programa pelo Conselho de Administração.

No âmbito do Quarto Programa, as opções outorgadas são divididas em 4 lotes, sujeitos a diferentes períodos de carência, assim distribuídos:

(i) Primeiro Lote de Opções: o primeiro lote de opções, correspondente a 20% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 12 (doze) meses contados da data de aprovação do Quarto Programa pelo Conselho de Administração;

(ii) Segundo Lote de Opções: o segundo lote de opções, correspondente a 20% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de aprovação do Quarto Programa pelo Conselho de Administração (“Segundo Período de Carência”);

(iii) Terceiro Lote de Opções: o terceiro lote de opções, correspondente a 30% das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 36 (trinta e seis) meses contados da data de aprovação do Quarto Programa pelo Conselho de Administração; e

(iv) Quarto Lote de Opções: o quarto lote de opções, correspondente aos 30% restantes das opções outorgadas, tornar-se-á exercível após o decurso de 48 (quarenta e oito) meses contados da data de aprovação do Quarto Programa pelo Conselho de Administração.

(k) forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou vender Ações mantidas em tesouraria, observada a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

(l) restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá estabelecer restrições à transferência das Ações adquiridas ou subscritas por meio do exercício das opções outorgadas, devendo, contudo, observar o disposto nos programas eventualmente aprovados. No âmbito dos Programas, as Ações adquiridas ou subscritas mediante o exercício das opções, após os respectivos períodos de carência, não estarão sujeitas a qualquer restrição após a transferência das Ações para o beneficiário.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão da assembleia geral da Companhia, ou pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro. O término de vigência do Plano não afetará a eficácia das opções ainda em vigor outorgadas com base nele.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Quando da aprovação dos programas ou dos contratos de opção, serão fixadas regras relativas ao tratamento que será dado às opções outorgadas nas hipóteses de desligamento do outorgado da Companhia. Deverão ser consideradas, pelo menos, as hipóteses em que o outorgado (i) se desligue por vontade própria, (ii) seja desligado por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador; (iii) seja desligado por vontade da Companhia, mediante demissão sem justa causa ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador, e (iv) venha a falecer ou se tornar permanentemente inválido.

No âmbito do Primeiro Programa, caso o beneficiário renuncie ao cargo exercido na Companhia, ou seja desligado da Companhia por justa causa, não fará jus a qualquer parcela das opções a ele outorgadas e ainda não exercidas, as quais serão automaticamente extintas. Em caso de desligamento sem justa causa, o Beneficiário fará jus à totalidade das opções cujos respectivos períodos de carência já tenham transcorrido integralmente, e cujo prazo de exercício não tenha se encerrado, bem como à quantidade de opções calculada pro-rata temporis em relação ao período de carência transcorrido para cada lote. Em caso

de falecimento do Beneficiário, os períodos de carência serão considerados vencidos antecipadamente, de modo que os herdeiros e sucessores do Beneficiário farão jus à totalidade das opções a ele outorgadas.

No âmbito dos Terceiro e Quarto Programas, caso o beneficiário seja desligado da Companhia por justa causa, não fará jus a qualquer parcela das opções a ele outorgadas e ainda não exercidas, as quais serão automaticamente extintas. Em caso de renúncia ou desligamento sem justa causa, o Beneficiário fará jus à totalidade das opções cujos respectivos períodos de carência já tenham transcorrido integralmente, e cujo prazo de exercício não tenha se encerrado, bem como à quantidade de opções calculada pro-rata temporis em relação ao período de carência transcorrido para cada lote. Em caso de invalidez permanente do Beneficiário, os períodos de carência serão considerados vencidos antecipadamente, de modo que fará jus à totalidade das opções a ele outorgadas e ainda não exercidas, desde que a quarta janela de exercício não tenha transcorrido. E, em caso de falecimento do Beneficiário, os períodos de carência serão considerados vencidos antecipadamente, de modo que os herdeiros e sucessores do Beneficiário farão jus à totalidade das opções a ele outorgadas.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não possuía plano de remuneração baseado em ações ou em opções de compra de ações para seus administradores e colaboradores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de agosto de 2020, a Companhia aprovou um Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações (“**Plano**”). Nos termos do referido Plano, em 30 de setembro de 2020, a Companhia aprovou o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“**Primeiro Programa**”), tendo celebrado Contratos de Outorga com os Beneficiários (dentre os quais Diretores da Companhia) que condicionaram o início dos respectivos períodos de carência à divulgação do Prospecto Definitivo da oferta pública de distribuição inicial de ações da Companhia (“**IPO**”), ocorrida em 5 de novembro de 2020. Também nos termos do referido Plano, a Companhia aprovou o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia (“**Segundo Programa**”), tendo celebrado Contratos de Outorga com os Beneficiários (dentre os quais Diretores da Companhia). Em 29 de outubro de 2021, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento do Segundo Programa, com extinção de todas as Opções outorgadas no âmbito do Segundo Programa, mediante anuência dos Beneficiários.

Ainda no âmbito do Plano, o Conselho de Administração aprovou o Terceiro e o Quarto Programas de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia em 29 de outubro de 2021 e em 18 de fevereiro de 2022, respectivamente, tendo celebrado os correspondentes Contratos de Outorga com os Beneficiários (dentre os quais, Diretor estatutário da Companhia, no caso do Terceiro Programa) nas mesmas datas.

Outorga de Opções de Compra de Ações prevista para exercício social corrente (2022)		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5
Nº de membros remunerados	0	0
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A

Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2022)			
	Conselho de Administração	Diretoria	
Nº total de membros	5	5	
Nº de membros remunerados	0	5	1
Preço médio ponderado de exercício:		Primeiro Programa	Terceiro Programa
a. das opções em aberto no início do exercício social	N/A	0,53	5,06
b. das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
c. das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
d. das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de transferência de todas as ações concedidas	N/A	4,46%	0,25%

* O Quarto Programa não abrange a outorga de opções a administradores estatutários, razão pela qual as informações não foram preenchidas na tabela acima.

Outorga de Opções de Compra de Ações - Exercício social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5,09
Nº de membros remunerados	0	1
Outorga de opções de compras de ações	Terceiro Programa	
Data de outorga	N/A	29/10/2021
Quantidade de opções outorgadas	N/A	500.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	N/A	(i) 1º Lote (20%): após o decurso de 12 (doze) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração (“ <u>Primeiro Período de Carência</u> ”); (ii) 2º Lote (20%): após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração (“ <u>Segundo Período de Carência</u> ”); (iii) 3º Lote (30%): após o decurso de 36 (trinta e seis) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração (“ <u>Terceiro Período de Carência</u> ”); e (iv) 4º Lote (30%): após o decurso de 48 (quarenta e oito) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração (“ <u>Quarto Período de Carência</u> ”).
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	60 dias após o término do prazo de carência
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A

Valor justo das opções na data da outorga	N/A	1º Lote: 0,93 ⁽²⁾ 2º Lote: 1,53 ⁽²⁾ 3º Lote: 1,96 ⁽²⁾ 4º Lote: 2,30 ⁽²⁾
---	-----	--

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31/12/2021			
	Conselho de Administração	Diretoria	
Nº total de membros	5	5,09	5,09
Nº de membros remunerados	0	5	1
Preço médio ponderado de exercício:		Primeiro Programa	Terceiro Programa
a. das opções em aberto no início do exercício social	N/A	0,53	N/A
b. das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
c. das opções exercidas durante o exercício social	N/A	0,53	N/A
d. das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A	N/A
Diluição potencial em caso de transferência de todas as ações concedidas	N/A	4,46%	0,25%

*Todas as Opções outorgadas no Segundo Programa em 2021 foram extintas por decisão do Conselho de Administração em 29 de outubro de 2021, sem que tenha sido subscrita qualquer Ação no âmbito do programa.

Outorga de Opções de Compra de Ações – Exercício social encerrado em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	1,67	7,67
Nº de membros remunerados	0	5
Outorga de opções de compras de ações		Primeiro Programa
Data de outorga	-	30/09/2020 ⁽¹⁾
Quantidade de opções outorgadas	-	9.296.119
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	1º Lote (25%): 6 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO; 2º Lote (25%): 18 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO 3º Lote (25%): 30 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO 4º Lote (25%): 42 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO
Prazo máximo para exercício das opções	-	60 dias após o término do prazo de carência
Prazo de restrição à transferência das ações	-	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	-	1º Lote: 9,33 ⁽²⁾ 2º Lote: 9,35 ⁽²⁾ 3º Lote: 9,38 ⁽²⁾ 4º Lote: 9,42 ⁽²⁾

Remuneração baseada em ações – Exercício social encerrado em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria
Nº total de membros	5	7,67
Nº de membros remunerados	0	5

Preço médio ponderado de exercício:		Primeiro Programa
a. das opções em aberto no início do exercício social	-	0,53
b. das opções perdidas durante o exercício social	-	N/A
c. das opções exercidas durante o exercício social	-	N/A
d. das opções expiradas durante o exercício social	-	N/A
Diluição potencial em caso de transferência de todas as ações concedidas	-	4,46%

(1) Data de aprovação do Primeiro Programa e de celebração dos Contratos de Outorga, os quais, porém, condicionam o início dos respectivos períodos de carência à divulgação do Prospecto Definitivo do IPO.

(2) Valor justo médio das opções na data de cada outorga calculado pelo método de Black & Scholes.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2021			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	
Nº total de membros	5	5,09	5,09
Nº de membros remunerados	0	5,0	1,0
Em relação às opções ainda não exercíveis		Primeiro Programa	Terceiro Programa
Quantidade	0	6.972.090	500.000
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	2º Lote (25%): 18 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO 3º Lote (25%): 30 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO 4º Lote (25%): 42 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO	(i) 1º Lote (20%): após o decurso de 12 (doze) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração (“ <u>Primeiro Período de Carência</u> ”); (ii) 2º Lote (20%): após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração (“ <u>Segundo Período de Carência</u> ”); (iii) 3º Lote (30%): após o decurso de 36 (trinta e seis) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração (“ <u>Terceiro Período de Carência</u> ”); e

			(iv) 4º Lote (30%): após o decurso de 48 (quarenta e oito) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração (“ <u>Quarto Período de Carência</u> ”).
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	60 dias após o término do prazo de carência	60 dias após o término do prazo de carência
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	0,53	5,06
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	19.870.456,50	1.425.000,00
Em relação às opções exercíveis		Primeiro Programa	Terceiro Programa
Quantidade	N/A	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A

Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A	N/A
---	-----	-----	-----

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 não foram exercidas quaisquer opções de compra, nem entregues ações relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram exercidas as opções de compra relativas ao primeiro lote do Primeiro Programa com a correspondente entrega das ações aos membros da Diretoria estatutária.

Opções exercidas – exercício social encerrado em 31/12/2021		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	5	5,09
Nº total de membros remunerados	0	5,0
Opções exercidas		
Número de ações	N/A	2.324.029
Preço médio ponderado de exercício	N/A	0,53
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	25.215.714,65
Ações entregues		
Nº de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

Primeiro Programa

Os valores justos das opções outorgadas no âmbito do Primeiro Programa, mencionados no item 13.5, foram avaliados a partir do modelo de Black-Scholes, com base na data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO (à qual estava condicionado o início dos prazos de carência das opções).

Terceiro Programa

Os valores justos das opções outorgadas no âmbito do Terceiro Programa, mencionados no item 13.5, foram avaliados a partir do modelo de Black-Scholes, com base na data de aprovação da outorga, 29 de outubro de 2021.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Primeiro Programa

O modelo de precificação do Primeiro Programa considerou as seguintes premissas:

Preço de Exercício	R\$ 0,53
Volatilidade Esperada	1º Lote: 27,27% 2º Lote (25%): 27,30% 3º Lote (25%): 27,30% 4º Lote (25%): 27,30%
Prazo de Carência/Prazo de Vida das Opções	1º Lote (25%): 6 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO 2º Lote (25%): 18 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO 3º Lote (25%): 30 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO 4º Lote (25%): 42 meses da data de divulgação do Prospecto Definitivo do IPO
Taxa de juros livre de riscos	As taxas de juros utilizadas na precificação de cada lote de opções de compra de ações da Companhia foram obtidas a partir dos contratos futuros de depósitos interfinanceiros ("DI") divulgados

	<p>pela B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/juros/futuro-de-taxa-media-de-depositos-interfinanceiros-de-um-dia.htm).</p> <p>1º Lote (25%): 2,22%</p> <p>2º Lote (25%): 3,44%</p> <p>3º Lote (25%): 4,87%</p> <p>4º Lote (25%): 5,94%</p>
Dividendos Esperados	Não considerados, em vista do histórico de distribuição da Companhia
Valor das Ações	Tendo em vista que a Companhia ainda não tinha suas ações negociadas em bolsa de valores, o modelo utilizou como referência os estudos de <i>valuation</i> elaborados para fins da determinação do <i>price range</i> a ser observado na oferta pública inicial de ações da Companhia.

Segundo Programa

Como anteriormente informado, o Segundo Programa foi cancelado por decisão do Conselho de Administração da Companhia.

Terceiro Programa

O modelo de precificação do Terceiro Programa considerou as seguintes premissas:

premissas:

Preço de Exercício	R\$ 5,06
Volatilidade Esperada	<p>1º Lote: 70,23%</p> <p>2º Lote (25%): 70,23%</p> <p>3º Lote (25%): 70,23%</p> <p>4º Lote (25%): 70,23%</p>
Prazo de Carência/Prazo de Vida das Opções	<p>1º Lote (20%): após o decurso de 12 (doze) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração (“Primeiro Período de Carência”);</p> <p>2º Lote (20%): após o decurso de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração (“Segundo Período de Carência”);</p> <p>3º Lote (30%): após o decurso de 36 (trinta e seis) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração (“Terceiro Período de Carência”);</p>

	4º Lote (30%): após o decurso de 48 (quarenta e oito) meses contados da data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração (“Quarto Período de Carência”).
Taxa de juros livre de riscos	As taxas de juros utilizadas na precificação de cada lote de opções de compra de ações da Companhia foram obtidas a partir dos contratos futuros de depósitos interfinanceiros (“DI”) divulgados pela B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/juros/futuro-de-taxa-media-de-depositos-interfinanceiros-de-um-dia.htm). 1º Lote (25%): 11,75% 2º Lote (25%): 12,06% 3º Lote (25%): 11,93% 4º Lote (25%): 11,94%
Dividendos Esperados	Não considerados, em vista do histórico de distribuição da Companhia
Valor das Ações	O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos deste Programa corresponderá à média das cotações das ações de emissão da Companhia nos 40 (quarenta) pregões na B3 imediatamente anteriores à data de aprovação deste Programa pelo Conselho de Administração.

O Quarto Programa não abrange a outorga de opções a administradores estatutários, razão pela qual as informações não foram preenchidas nas tabelas dos itens 13.5 a 13.7, tampouco na tabela acima.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Primeiro e Terceiro Programas

Considerando que os Programas sujeitam o exercício das opções ao transcurso integral do prazo de carência (exceções pontuais em caso de desligamento involuntário, falecimento ou invalidez do beneficiário), o método não considera o exercício antecipado das opções, adotando como premissa o exercício das opções após os respectivos prazos de carência.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Primeiro Programa

A volatilidade esperada até o vencimento de cada lote de opções de compra de ações foi estimada a partir das observações de seis meses das variações diárias nas cotações do Ibovespa, visto que a Companhia não possuía ações listadas em mercado organizado.

Terceiro Programa

A volatilidade esperada até o vencimento de cada lote de opções de compra de ações foi calculada a partir da volatilidade histórica da Companhia na data da outorga do terceiro programa.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Primeiro e Terceiro Programas

As características relevantes do Primeiro e Terceiro Programas foram mencionadas nos itens anteriores.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

A tabela abaixo contém a participação consolidada em ações emitidas pela Companhia, detida por membros do conselho de administração e da diretoria estatutária na data de encerramento do exercício social de 2021:

Órgão	Ações da Companhia	
	Quantidade	%
Conselho de Administração ¹	25.430.181	12,85%
Diretoria ²	13.397.884	6,77%

¹ Inclui participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.

² Exclui participações detidas por Diretores que também são Conselheiros da Companhia.

Os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária da Companhia não possuíam quaisquer outras ações ou cotas ou outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidas pela Companhia, por sociedades controladas ou sob controle comum da Companhia nesta data.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, tendo em vista que não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº total de membros	5,09	7,67	9,33	5	1,67	N/A	0	0	N/A
Nº de membros remunerados	5,09	7,67	9,33	4,0	1	N/A	0	0	N/A
Valor da maior remuneração (Reais)	18.886.562,82	5.108.063,19	841.525,78	89.500,00	7.500,00	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor da menor remuneração (Reais)	9.665.415,33	317.327,36	262.112,75	50.000,00	6.000,00	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor médio da remuneração (Reais)	10.024.670,29	2.093.097,05	452.601,70	59.958,34	7.125,00	N/A	N/A	N/A	N/A

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	Não são considerados nos cálculos de remuneração mínima os administradores que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor médio da remuneração equivale ao total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados, conforme informados no item 13.2 acima.
31/12/2020	Não são considerados nos cálculos de remuneração mínima os administradores que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor médio da remuneração equivale ao total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados, conforme informados no item 13.2 acima.
31/12/2019	Não são considerados nos cálculos de remuneração mínima os administradores que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor médio da remuneração equivale ao total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados, conforme informados no item 13.2 acima.
Conselho de Administração	
31/12/2021	Não são considerados nos cálculos de remuneração mínima os conselheiros que tenham exercido o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses. O valor médio da remuneração equivale ao total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados, conforme informados no item 13.2 acima.
31/12/2020	O Conselho de Administração foi constituído e instalado apenas em 31 de agosto de 2020, de modo que todos os membros exerceram suas funções por um período de 4 (quatro) meses. Dos 5 (cinco) membros do órgão, apenas 4 (quatro) foram remunerados pelo exercício de suas funções no Conselho de Administração por um período de 3 (três) meses, tendo, portanto, renunciado à remuneração relativa ao mês de setembro. Assim, o membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 4 (quatro) meses. O valor médio da remuneração equivale à remuneração total paga aos membros do órgão no exercício social encerrado em 31/12/2020 dividido pela média mensal de membros remunerados, considerando-se o período de outubro a dezembro de 2020 (4 membros). A conta desconsiderou os demais 9 (nove) meses do exercício social encerrado em 31/12/2020, durante os quais não foi paga nenhuma remuneração a membros do Conselho de Administração, de forma a afastar distorções. Caso o valor médio da remuneração fosse calculado a partir do total da

	remuneração paga aos membros do órgão no exercício social encerrado em 31/12/2020 dividido pelo número de membros remunerados calculado pela média anual de membros remunerados do exercício social, nos termos da orientação da SEP constante do Ofício-Circular/Anual-2022-CVM/SEP (1 membro), constante do item 13.2 acima, o valor seria de R\$28.500,00, refletindo a situação hipotética em que os membros do Conselho de Administração houvessem atuado e sido remunerados durante todo o exercício social de 2020.
31/12/2019	N/A
Conselho Fiscal	
31/12/2021	N/A
31/12/2020	N/A
31/12/2019	N/A

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

Nesta data, a Companhia contrata apólice de seguro de Responsabilidade Civil para administradores (“**D&O**”), em condições usuais de mercado, visando a garantir aos administradores, enquanto estiverem no exercício de seus cargos, e desde que atuando em sua função na Companhia, o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes de qualquer ato, erro ou omissão, qualquer violação dos deveres, abuso de confiança, declaração inexata ou enganosa, quebra de autoridade, seja efetivo ou imputado, de um segurado enquanto atuando como tal; ou qualquer outra alegação feita contra um segurado exclusivamente por preencher tal capacidade e enquanto atuando como tal, ou por qualquer prática trabalhista indevida, seja efetiva ou imputada a um segurado enquanto atuando como tal. Para mais informações sobre a apólice de seguro D&O, vide item 12.11 do Formulário de Referência da Companhia.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Não aplicável, visto que a Companhia não tem acionistas controladores, e, portanto, nenhum administrador ou membro do Conselho Fiscal da Companhia como parte relacionada a controladores.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 13.